

Bahia investiu R\$ 681,79 milhões no primeiro bimestre

Em comparação com o próprio desempenho no ano passado, a Bahia registrou crescimento de 216,5%

Tribuna da Bahia, Salvador

13/04/2022 16:12 | Atualizado há 17 horas e 1 minuto

Compartilhe



MONTE OU RENOVE
SUA
ACADEMIA
AGORA!

Financiam
VER AGORA
Losango movement

45

Apenas nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, o governo baiano investiu R\$ 681,79 milhões em valores liquidados, mais do que São Paulo, tradicional líder nesta área entre os estados, que somou R\$ 652,76 milhões no mesmo período. A Bahia ficou logo atrás de Minas Gerais, que assumiu a liderança no país no primeiro bimestre, ao investir R\$ 991,72 milhões. Os dados foram extraídos do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – Siconfi, vinculado ao Tesouro Nacional, pelo jornal Valor Econômico, que divulgou, nesta terça-feira (12), o ranking dos investimentos dos estados neste início de ano.

Em comparação com o próprio desempenho no ano passado, a Bahia registrou crescimento de 216,5%. O total investido em janeiro e fevereiro de 2021 foi de R\$ 215,42 milhões. De acordo com especialistas em contas públicas ouvidos pelo Valor, os investimentos dos estados tomaram impulso no decorrer de 2021, quando fecharam o ano com alta real de 83,6% no cômputo geral, e devem se manter fortes ao longo de 2022.

Na Bahia, de acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA), os investimentos de 2020 totalizaram R\$ 2,47 bilhões, ampliando-se para R\$ 4,09 bilhões em 2021. A tendência é que em 2022 o valor investido supere o patamar do ano passado. “A Bahia vem mantendo o equilíbrio fiscal e o ritmo de investimentos ao longo de todos estes anos de crises econômicas sucessivas no país graças à gestão baseada em controle dos gastos, uso intensivo de tecnologia pela fiscalização e combate à sonegação”, afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório.

Modelo Bahia

Ao longo dos últimos anos, o governo baiano vem mantendo as contas em equilíbrio e pagando os salários dos servidores rigorosamente em dia e dentro do mês trabalhado, enquanto vários estados atrasaram e até parcelaram estes pagamentos. A Bahia também tem honrado os compromissos com fornecedores e firmou-se em segundo lugar em investimentos desde 2015, atrás apenas de São Paulo no período. O Estado investiu ao todo, de 2015 a 2021, R\$ 18 bilhões em áreas como infraestrutura, mobilidade, estradas, saúde, educação, segurança e

MONTE OU RENOVE
sua
ACADEMIA
AGORA!

Financiam
VER AGORA
45
Losango movement

qualidade do gasto público, modernização do fisco e combate à sonegação. De 2015 a 2021, a Bahia registrou uma economia real de R\$ 9 bilhões em despesas com a manutenção da máquina pública, a exemplo de água, energia, material de consumo, combustíveis, viagens, tecnologia da informação, periódicos, contratos de prestação de serviços, entre outras.

A economia foi obtida por meio do programa de Qualidade do Gasto Público. Estes recursos que deixaram de ser gastos com o custeio de atividades do próprio governo foram redirecionados e contemplaram atividades diretamente voltadas para o atendimento às demandas do cidadão.

PUBLICIDADE

Edição virtual



MONTE OU RENOVE
sua
ACADEMIA
AGORA!

Financiam
VER AGORA
45
Losango movement

Veículo: Gov Bahia	Caderno: Fazenda
Data: 13/04/2022	



Bahia investiu R\$ 681,79 milhões no primeiro bimestre, à frente de SP e atrás apenas de MG

13 abril 2022

Apenas nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, o governo baiano investiu R\$ 681,79 milhões em valores liquidados, mais do que São Paulo, tradicional líder nesta área entre os estados, que somou R\$ 652,76 milhões no mesmo período. A Bahia ficou logo atrás de Minas Gerais, que assumiu a liderança no país no primeiro bimestre, ao investir R\$ 991,72 milhões. Os dados foram extraídos do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – Siconfi, vinculado ao Tesouro Nacional, pelo jornal Valor Econômico, que divulgou, nesta terça-feira (12), o ranking dos investimentos dos estados neste início de ano.

Em comparação com o próprio desempenho no ano passado, a Bahia registrou crescimento de 216,5%. O total investido em janeiro e fevereiro de 2021 foi de R\$ 215,42 milhões. De acordo com especialistas em contas públicas ouvidos pelo Valor, os investimentos dos estados tomaram impulso no decorrer de 2021, quando fecharam o ano com alta real de 83,6% no cômputo geral, e devem se manter fortes ao longo de 2022.

Na Bahia, de acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA), os investimentos de 2020 totalizaram R\$ 2,47 bilhões, ampliando-se para R\$ 4,09 bilhões em 2021. A tendência é que em 2022 o valor investido supere o patamar do ano passado. “A Bahia vem mantendo o equilíbrio fiscal e o ritmo de investimentos ao longo de todos estes anos de crises econômicas sucessivas no país graças à gestão baseada em controle dos gastos, uso intensivo de tecnologia pela fiscalização e combate à sonegação”, afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória.

Modelo Bahia

Ao longo dos últimos anos, o governo baiano vem mantendo as contas em equilíbrio e pagando os salários dos servidores rigorosamente em dia e dentro do mês trabalhado, enquanto vários estados atrasaram e até parcelaram estes pagamentos. A Bahia também tem honrado os compromissos com fornecedores e firmou-se em segundo lugar em investimentos desde 2015, atrás apenas de São Paulo no período. O Estado investiu ao todo, de 2015 a 2021, R\$ 18 bilhões em áreas como infraestrutura, mobilidade, estradas, saúde, educação, segurança e agricultura, entre outras.

Esta performance, de acordo com o secretário Manoel Vitória, ocorre graças a um conjunto de iniciativas, o Modelo Bahia de Gestão, que articula ações de qualidade do gasto público, modernização do fisco e combate à sonegação. De 2015 a 2021, a Bahia registrou uma economia real de R\$ 9 bilhões em despesas com a manutenção da máquina pública, a exemplo de água, energia, material de consumo, combustíveis, viagens, tecnologia da informação, periódicos, contratos de prestação de serviços, entre outras.

A economia foi obtida por meio do programa de Qualidade do Gasto Público. Estes recursos que deixaram de ser gastos com o custeio de atividades do próprio governo foram redirecionados e contemplaram atividades diretamente voltadas para o atendimento às demandas do cidadão.

Veículo: Gov Bahia	Caderno: Fazenda
Data: 13/04/2022	



Sefaz-BA publica Prestação de Contas Simplificada de 2021

13 abril 2022



A Prestação de Contas Anual Simplificada 2021 do Governo do Estado da Bahia já está disponível para acesso no [site da Secretaria da Fazenda](#) (Sefaz-BA). A cartilha, que contém 74 páginas, traz ilustrações, gráficos explicativos e outros recursos didáticos, com o uso de cores, de forma a traduzir para leitores leigos as contas estaduais relativas ao ano anterior.

A ideia é oferecer ao cidadão melhores condições para o entendimento de um conteúdo originalmente destinado a especialistas, levando as informações ao grande público. Para acessar o documento, basta entrar no portal, clicar no canal Finanças Públicas e Controle Interno, em seguida em Contas Públicas – Balanço Geral do Estado e, por último, em Prestação de Contas Simplificada 2021.

O secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório, ressalta que, apesar da crise que atinge a economia nacional, agravada desde 2020 pelo cenário de pandemia, a Bahia contabilizou economia real de R\$ 9 bilhões entre 2015 e 2021 nas despesas de custeio, o que permitiu ao Programa de Qualidade do Gasto Público destinar mais recursos para o atendimento das demandas da sociedade. “O governo baiano somou investimento de R\$ 18 bilhões no mesmo período, o segundo maior do país, atrás apenas de São Paulo”, reforça Vitório.

Conteúdo didático

Por meio da Prestação de Contas Simplificada, o cidadão encontra informações didáticas sobre tributos, gastos e orçamento público, receitas e despesas orçamentárias, classificação funcional da despesa, balanço

orçamentário e financeiro, demonstração dos fluxos de caixa, balanço patrimonial, provisão matemática previdenciária, Lei de Responsabilidade Fiscal, dívida pública, balanço econômico, concessões de serviços públicos, parcerias público-privadas e consórcios públicos, além dos aspectos legais, econômicos, financeiros e fiscais da pandemia da Covid-19.

O conteúdo é elaborado pela equipe da Superintendência de Administração Financeira (SAF) da Sefaz-BA, sob a coordenação da Diretoria de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Dicop). Os dados contábeis são oriundos essencialmente do Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado da Bahia (Fiplan).

O material segue as normas federais e estaduais que regem a matéria, em especial a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e incorpora as mudanças introduzidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBC TSP), complementadas pelas orientações contidas nas portarias federais publicadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Veículo: Gov Bahia	Caderno: Fazenda
Data: 13/04/2022	



Governo do Estado lança Programa Bahia Competitiva

13 abril 2022



Foto: Gabriel Pinheiro/Secti

Mais investimento em ciência, tecnologia e inovação em prol de baianos e baianas. Esse é um dos princípios do Programa Bahia Competitiva, foi lançado pelo governador Rui Costa, na tarde desta terça-feira (12), no Salão de Atos da Governadoria. O objetivo do programa é aumentar a competitividade do estado, gerar emprego, renda e melhorar e diversificar nossa base de arrecadação. O lançamento contou com a presença da secretária interina de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti), Mara Souza, do diretor Geral da Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia (Fapesb), Márcio Costa, e demais autoridades.

O Bahia Competitiva é composto por 5 projetos e 14 subprojetos que, articulados, colocarão a Bahia em situação privilegiada em termos de atração de empresas, geração de novos negócios, competitividade, emprego e renda. As áreas prioritárias do programa envolvem saúde, educação, agricultura, cidades e desenvolvimento econômico. Neste primeiro momento, serão apresentadas à população e à imprensa as ações do Bahia Competitiva vinculadas à área de Desenvolvimento Econômico. Posteriormente, em datas a serem divulgadas, Secti e Fapesb lançam as demais iniciativas.

Entre os projetos lançados hoje estão o “Empresa 4.0” e os “Institutos Estaduais de Referência em Ciência e Tecnologia da Bahia (Incite)”. O primeiro conta com investimentos de mais de R\$ 10 milhões, enquanto o segundo tem recursos na casa dos R\$ 30 milhões. O Empresa 4.0 trata do incentivo à inovação e transformação digital nas empresas com atuação no estado baiano, aumentando a produtividade e competitividade com uso de novas tecnologias, beneficiando 220 empresas, entre micro, pequena e médio porte.

Já o Incite marca um novo momento no financiamento do ensino, pesquisa e extensão na Bahia. Serão estruturas virtuais em rede com objetivo de diagnosticar e elencar os principais problemas do Estado em cada uma das quinze áreas estratégicas presentes no edital. Tais estruturas deverão ser montadas tendo como base o desenvolvimento e uso de laboratórios compartilhados, pesquisa e formação em rede, valorização das estruturas de interação com os diversos atores da sociedade civil organizada, os governos, cooperativas, associações, e resultados práticos, científicos, tecnológicos, sociais e no campo das inovações.

O governador Rui Costa afirmou que o programa Bahia Competitiva, somados todos os editais, terá um investimento total de R\$ 80 milhões. “É um investimento do estado em ciência e tecnologia que nós queremos apostar e a minha orientação, desde que assumi, é que a gente busque fazer da Bahia um dos estados que mais investe. Isso tudo representa a nossa crença e o conceito que desenvolvimento vem com educação, com ciência e tecnologia, que o mundo competitivo que está aí fora requer um país que invista mais em ciência e pesquisa, em desenvolvimento técnico, em formação de uma mão de obra compatível com esse desenvolvimento”.

Para a secretária Mara Souza, o lançamento do programa é motivo de orgulho e de alegria por apoiar áreas tão primordiais ao desenvolvimento da sociedade. “Esse programa nos ajuda a interiorizar ainda mais nossas ações em parceria com a Fapesb. Temos em seu propósito pensar o futuro e trazer soluções para os problemas de agora, mas também de trazer soluções de forma mais ampla das tecnologias voltadas para as competências necessárias para o desenvolvimento do futuro”, disse, projetando forte engajamento das universidades, empresas e dos municípios a partir do momento em que cada subprojeto for lançado.

O diretor Geral da Fapesb explica que o Edital Empresa 4.0 visa apoiar o desenvolvimento de projetos cooperativos entre as Instituições de Ciência e Tecnologia da Bahia e empresas que utilizam tecnologias habilitadoras, ou seja, um conjunto de tecnologias portadoras de futuro de forma a promover a inovação, a formação de pessoas e o desenvolvimento de tecnologias que aumentem a competitividade do Estado. “Serão alocados para esse edital, recursos financeiros não reembolsáveis no valor de R\$ 10 milhões. As propostas deverão ser submetidas com o valor de até R\$ 300 mil devendo ser executadas em um prazo máximo de até vinte e quatro meses”.

O Edital Incite possui três eixos, o social, o tecnológico e o de desenvolvimento econômico. O diretor de Inovação da Fapesb, Handerson Leite, destaca que “no eixo social foram consideradas áreas de educação, segurança pública, economia solidária e empreendedorismo social, além dos governos. No segundo eixo são priorizadas tecnologias transversais, como indústria 4.0, computação avançada e nanotecnologia. Finalmente, o eixo de desenvolvimento econômico contempla as áreas de energias renováveis, como economia verde, economia criativa, tecnologias de saúde, agricultura familiar, agronegócios, tecnologia de alimentos e mineração”.

A expectativa é que o Edital Incite passe a ser referência na sua área de atuação, favorecendo o desenvolvimento, a elaboração e execução de políticas públicas baseadas em evidências, o fortalecimento das instituições de ensino e pesquisa, produção de inovações, além de ajudar na internacionalização dos programas de pós-graduação da Bahia. Os interessados podem acessar a aba editais do site da Fapesb para obter mais informações.

Fonte: Ascom/Secti

Veículo: Gov Bahia	Caderno: Fazenda
Data: 13/04/2022	



Quantidade de itens comuns licitados para Registro de Preços cresceu 58% em 2021

13 abril 2022

A Secretaria da Administração do Estado (Saeb) licitou, para o sistema Registro de Preços (RP), um total de 3.493 itens, em 2021, quantidade 58% maior que em 2020. Em valores, as licitações para RP atingiram R\$ 1,4 bilhão no ano passado. O aumento do RP demonstra uma presença maior do estado na prestação de serviço para a população e também uma participação maior na economia baiana.

Os itens licitados são de uso comum dos órgãos estaduais e importantes para o funcionamento da máquina pública, como caneta, papel, cartuchos de impressora, além de serviços como manutenção, reparos, higienização. Também foram licitados postos de serviços terceirizados como segurança, agente de portaria, auxiliar de serviços gerais e outros que são comumente utilizados pelos órgãos públicos.

“O Registro de Preços é a forma de contratação mais eficiente e econômica para o Estado. Pelo sistema, a contratação é mais ágil, os preços de materiais são fixados na licitação e não há desperdícios de materiais. Também são reduzidos os gastos com licitação e o Governo não tem custos com estocagem”, explicou o secretário da Administração, Edelvino Góes.

Sistema – Pelo Registro de Preços, o Governo licita itens comuns, usados pelos órgãos do Estado como papel de escritório, caneta, cartuchos de impressora, pneus, carros, dentre outros. A licitação é baseada na quantidade de itens que serão usados durante um ano, pelas unidades públicas. Licitando em quantidade, o Estado consegue preços melhores. O certame é vencido pela empresa que oferecer o menor preço.

O Estado não recebe os produtos todos de uma vez, vai solicitando os materiais e os serviços ao longo de 12 meses, conforme sua necessidade. O pagamento também segue essa lógica, a administração estadual paga os itens durante o ano, cada vez que solicita. Apesar de receber os materiais e fazer o pagamento fracionado, o preço do material fica congelado no preço ofertado na licitação.

Crescimento – O total de itens licitados para RP em 2021 (3.493) foi 58% maior que a quantidade em 2020 (2.215), ano que sofreu impacto da pandemia de Covid no país. Comparando número de itens licitados de 2021 com 2019 (1.739), o crescimento registrado foi ainda maior, ultrapassando 100% de aumento.

Vale destacar que, em 2021, 96% dos lotes licitados para o RP de material comum foram destinados às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, em cumprimento à Lei Complementar número 123, sancionada em 14 de dezembro de 2006. A participação das EPPs e Microempresas reforça a economia do estado já que as empresas desse porte são fundamentalmente locais.

O crescimento de itens licitados para RP é fruto de um trabalho da Superintendência de Recursos Logísticos, unidade vinculada à Saeb, que vem intensificando esforços para aumentar a base de materiais e serviços para Registro de Preços. A equipe da SRL vem identificando novos produtos e serviços que são comumente usados pelos órgãos para incluí-los na base. O empenho para aumentar o número de itens nessa modalidade

é uma estratégia da Secretaria da Administração, em virtude de o Registro de Preços ser mais vantajoso para o Estado. As licitações para RP geram economia e mais agilidade nas contratações.

Outros fatores resultaram no aumento de itens licitados para Registro de Preços, a exemplo da inclusão de novos produtos de combate à Covid-19 como álcool gel, máscaras, tapete sanitizante, propé, painel acrílico, painel veicular, avental, borrifador, dentre outros.

Também influenciou no crescimento de itens, a utilização do Sistema Eletrônico de Informação (SEI-Bahia) no processo de Registro de Preços. No SEI Bahia, os processos de RP tramitam eletronicamente, concedendo mais agilidade que anteriormente, quando a tramitação era física, em suporte papel. O tempo de assinatura da ata de RP durava, em média, 34 dias. Agora, com a utilização do SEI Bahia a maioria das atas é assinada em 24 horas.

Fonte: Ascom/Saeb

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR



jairo.junior@redebahia.com.br



@satelite

“Muito me impressiona um governador de estado propagar fuxico. Ele age como mentiroso. Não adianta perseguição contra prefeitos ou ameaças de retirar convênios e contratos

Flávio Matos

Vereador da União Brasil de Camaçari e líder do governo na Câmara Municipal, que acusa Rui Costa de mentir ao declarar que o prefeito da cidade, Elinaldo Araújo, foi impedido de discursar em uma inauguração do governo

Saída pela tangente

As declarações do presidente em tom de elogio sobre o ex-prefeito ACM Neto (União Brasil), em entrevista exibida ontem na TV Aratu, foram recebidas pela oposição ao PT como indícios claros de que Jair Bolsonaro (PL) decidiu seguir o conselho de aliados e manter distância da disputa pelo governo do estado. Em posicionamento contrário ao adotado por líderes da tropa de choque bolsonarista e integrantes da cúpula do Planalto, o presidente destacou as credenciais de Neto para “ajudar a mudar a política baiana e proporcionar dias melhores para seu povo”. Desde o início do ano, Bolsonaro vinha sendo alertado de que montar uma trincheira de ataque a Neto na Bahia causaria danos enormes a ele mesmo.

ANÁLISE DE RISCO

“Embora tenha derramado loas a João Roma (ex-ministro da Cidadania e candidato do PL) na entrevista, Bolsonaro deu sinais de que apostar alto no aliado não está mais nos planos dele. Deve ter percebido que criar dificuldade para Neto traria prejuízo e quase nenhum ganho”, afirmou um parlamentar baiano próximo ao presidente.

Tecla sap

Para políticos da oposição ao governador Rui Costa (PT), a pista mais concreta de que Bolsonaro mudou a estratégia voltada à sucessão estadual surgiu no trecho da entrevista no qual minimiza as críticas feitas a ele pelo candidato da União Brasil. Em fala que contrasta com a postura diante de divergências, o presidente disse apenas que falta para muita gente reconhecer o que o governo fez para estados e municípios na pandemia. “Mas pessoalmente não tenho nada contra ACM Neto”, emendou. O gesto, avaliam caciques oposicionistas, indica que Bolsonaro está convicto de que a vitória de Neto no primeiro turno é a melhor chance de tirar a Bahia das mãos do PT e facilitar eventuais costuras no segundo turno. O que será improvável caso Bolsonaro se esforce para tentar atrapalhar o ex-prefeito.

Agora, só depois

Líderes da bancada governista e da oposição na Assembleia, os deputados Rosemberg Pinto (PT) e Sandro Régis (União Brasil) adiaram para início de maio a reunião que irá redistribuir os espaços nas comissões da Casa, de acordo com a nova composição de forças entre os dois blocos. O encontro estava previsto para ontem, mas foi cancelado a pedido de Rosemberg.

Mão amiga

Com margem apertada para renovar o mandato, a deputada federal Lídice da Mata (PSB) conquistou um auxílio de peso na campanha. Recentemente, o presidente nacional do partido, Carlos Siqueira, garantiu que ela terá prioridade na fatia do fundo eleitoral da sigla e que se empenhará pessoalmente para ajudá-la a vencer. Antes, Lídice havia assegurado o apoio de Rui Costa na corrida para se reeleger.

Tanque extra

O Projeto de Irrigação do Vale do Iuiu, idealizado para recolocar a região na rota do agronegócio, foi qualificada para o Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência. Com isso, o vale situado no Sudoeste da Bahia ganha impulso para recuperar o posto de grande produtor de algodão.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO CONDE

AVISO DE LICITAÇÃO (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2022)
COPEL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de Terceirização de Mão de Obra com especialização em Gestão de Serviços de Apoio Administrativo e Operacional, com apoio tecnológico com (Software e Hardware) para fiscalização e controle da qualidade dos serviços, bem como, serviços temporários de Apoio Administrativo e Operacional, para atender demandas internas e extras dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta abrangendo todos os postos da Prefeitura no município de São Francisco do Conde-Ba.

O Município de São Francisco do Conde, através do Pregoeiro Oficial, torna público que realizará licitação na modalidade de Pregão Eletrônico do tipo Menor Preço Global, cuja sessão acontecerá no dia 02 de maio de 2022 às 09:30hs, (horário de Brasília), no site da BLL-Bolsa de Licitações e Leilões: www.bll.org.br, onde no mesmo endereço eletrônico, o edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados, ou ainda no site oficial do Município, no endereço: <http://pmsaofranciscodocondebba.imprensaoficial.org/licitacoes-pregoes-convites/>.

Maiores informações através do fone: (71) 3651-8069 ou e-mail: copel.sfc@pmsfc.ba.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO (SRP) (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2022)
COPEL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Objeto: Seleção de melhor proposta para eventual contratação na aquisição de pneus novos, câmaras de ar, protetores e bicos, com certificados pelo INMETRO, serviços de alinhamento e balanceamento para atender os veículos leves, intermediário, pesados, tratores e máquinas pesadas pertencentes à frota do Município de São Francisco do Conde – Ba.

O Município de São Francisco do Conde, através do Pregoeiro Oficial, torna público que realizará licitação na modalidade de Pregão Eletrônico do tipo Menor Preço Global, cuja sessão acontecerá no dia 03 de maio de 2022 às 09:30hs, (horário de Brasília), no site da BLL-Bolsa de Licitações e Leilões: www.bll.org.br, onde no mesmo endereço eletrônico, o edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados, ou ainda no site oficial do Município, no endereço: <http://pmsaofranciscodocondebba.imprensaoficial.org/licitacoes-pregoes-convites/>.
Maiores informações através do fone: (71) 3651-8069 ou e-mail: copel.sfc@pmsfc.ba.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2022)
COPEL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa para aquisição de testes rápidos, visando suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de São Francisco do Conde/BA, decorrente da nova cepa do “COVID-19”, denominada “ÔMICRON”.

O Município de São Francisco do Conde, através do Pregoeiro Oficial, torna público que realizará licitação na modalidade de Pregão Eletrônico do tipo Menor Preço Global, cuja sessão acontecerá no dia 03 de maio de 2022 às 11:30hs, (horário de Brasília), no site da BLL-Bolsa de Licitações e Leilões: www.bll.org.br, onde no mesmo endereço eletrônico, o edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados, ou ainda no site oficial do Município, no endereço: <http://pmsaofranciscodocondebba.imprensaoficial.org/licitacoes-pregoes-convites/>.
Maiores informações através do fone: (71) 3651-8069 ou e-mail: copel.sfc@pmsfc.ba.gov.br

Nalinaldo Couto de Mello - Pregoeiro Oficial.

Coluna ESPLANADA

POR LEANDRO MAZZINI E WALMOR PARENTE
E COM CAROLINA FREITAS E SARA MOREIRA



CÂMARA ESCONDE PASTORES

Após a revelação do esquema de favorecimento de emendas do Ministério da Educação, outros órgãos da Esplanada escondem a agenda de visitas, reuniões e eventos dos quais participaram os pastores Arilton Moura e Gilmar Santos. Via Lei de Acesso à Informação (LAI), a Coluna questionou a Câmara quantas vezes os evangélicos estiveram na Casa. A resposta? "Informamos que NÃO CONSTA no Sistema de Identificação de Visitantes (Sivis) registro de entrada nas dependências da Câmara dos Deputados". Posição no mínimo contraditória, já que Santos e Moura estiveram, nos últimos anos, inúmeras vezes em gabinetes de deputados da Frente Evangélica.

Senado

O Senado Federal também foi questionado pela Coluna sobre as visitas dos pastores, mas não se manifestou até o fechamento desta edição.

Sigilo

Procurado há dias, o Planalto também se esquivou e, ontem, decretou sigilo dos encontros entre o presidente Jair Bolsonaro (PL) e os pastores lobistas.

Empate

A coordenação da pré-campanha do presidente Jair Bolsonaro (PL) dá como certo o empate com o ex-presidente Lula – nas pesquisas eleitorais – entre o fim de maio e início de junho.

Aliança

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) convidou o Paraguai a integrar a "Aliança Estratégica contra o Crime Organizado Transnacional", criada pelo Brasil. O convite foi feito pelo ministro Anderson Torres em viagem a Assunção.

Juan Caballero

De acordo com dados do MJ, a parceria Brasil e Paraguai tem grande chance de dar certo. A operação brasileiro-paraguai "Nova Aliança", entre 2019 e 2021, possibilitou a destruição de 11.620 toneladas de maconha em ambos os territórios. A "Operação Status", em 2020, apreendeu R\$ 230 milhões em bens de traficantes que atuavam próximo à cidade de Pedro Juan Caballero.

Herança

O TSE reprovou a prestação de contas do PSL referente ao exercício financeiro de 2016. A legenda terá que devolver R\$ 970,9 mil aos cofres públicos, por irregularidades na utilização de recursos do Fundo Parti-

dário. O PSL se fundiu com o DEM, dando origem ao União Brasil, partido que mais perdeu deputados durante a janela partidária, passando de 81 para 51 parlamentares.

Palanque

Enquanto caciques do MDB estão fechados com o ex-presidente Lula, o ex-homemforça do partido e ex-senador Romero Jucá está de mãos dadas com o PL em Roraima e vai subir no palanque de Jair Bolsonaro.

Indomável

Depois de abandonar subitamente o Podemos, o ex-juiz Sergio Moro agora apronta no União Brasil. O partido já se posicionou mais de uma vez que o quer na disputa à Câmara ou ao Senado. Mas Moro insiste e, em encontros com empresários e aliados políticos, afirma que se mantém pré-candidato à Presidência da República. Será, novamente, enquadrado pela cúpula do União.

Crime organizado

O senador Eduardo Girão (Podemos-CE) conseguiu assinaturas necessárias para a criação de uma CPI para investigar o crime organizado. O requerimento teve o apoio de 34 senadores. O parlamentar espera trabalhar com um viés técnico para investigar a expansão das organizações criminosas, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do País.

Emprego

Estudo da Associação de Indústrias do Rio de Janeiro revela que o setor abriu mais de 18 mil vagas de trabalho em 2021. Com isso, além de recuperar, em números absolutos, 100% dos postos de trabalho fechados durante o ano de 2020, gerou 80% a mais de oportunidades para o Rio.

PoderData: vantagem de Lula para Bolsonaro na disputa cai a 5 pontos

O ESTADO DE S. PAULO

A distância entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o

presidente Jair Bolsonaro (PL) na corrida eleitoral atingiu o menor patamar registrado pelo PoderData em 2022: diferença de 5 pontos percentuais. Segundo a última rodada da pesquisa, realizada entre os dias 10 e 12 de abril, o petista tem 40% das intenções de voto para as eleições presidenciais de 2022, seguido por Bolsonaro, com 35%. Na rodada de novembro de 2021, Lula tinha 34% e Bolsonaro, 29%.

A diferença entre as pesquisas foi a retirada do nome do ex-juiz Sérgio Moro (União Brasil) da lista de pré-candidatos testados. Segundo o levantamento, a saída do ex-juiz da disputa favoreceu Bolsonaro, que variou 3 pontos para cima em 15 dias, enquanto Lula oscilou 1 para baixo.

Moro deixou a disputa eleitoral no final de março quando trocou Podemos pelo União Brasil. Para ser recebido na nova sigla, o ex-juiz teve que abrir mão da pré-candidatura ao Pla-



DE ACORDO com a nova rodada da pesquisa PoderData, Lula teria 40% das intenções de voto, seguido de Jair Bolsonaro com 35%

nalto.

A pesquisa ainda mostra que os candidatos da terceira via continuam distantes de Lula e de Bolsonaro. Na terceira posição, Ciro Gomes (PDT) atingiu 5%, seguido de João Dória (PSDB) e André Janones (Avante) com 3% cada e Simone Tebet (MDB), com 2%.

A pesquisa PoderData é realizada pelo grupo Poder360 Jornalismo, com re-

curso próprios, e usou ligações celulares e de telefones fixos para contatar os 3 mil entrevistados. A margem de erro é de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos, e o registro no TSE é BR-00368/2022.

Inflação - Diante do aumento da inflação, o presidente Jair Bolsonaro (PL) disse ontem, em evento do Palácio do Planalto, que o mundo terá de conviver "por muito tempo ainda" com a

elevação nos preços dos alimentos. O chefe do Executivo, que se preocupa com o efeito da alta inflacionária para suas perspectivas de reeleição, voltou a citar a guerra na Ucrânia e a pandemia de covid-19 como motivos para o desconforto econômico no País.

"A Ucrânia é um grande país exportador de trigo e isso terá um repique na inflação do mundo todo", afirmou Bolsonaro.

CNI reduz estimativas para crescimento do PIB em 2022

O ESAGÊNCIA BRASIL

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgou ontem o Informe Conjuntural no qual revisa a sua estimativa para o Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país) deste ano de 1,2% para 0,9%. A entidade também reduziu suas projeções econômicas para a indústria, que pelas novas estimativas deve ter produção 0,2% menor neste ano do que em 2021. Em dezembro, a CNI havia calculado crescimento de 0,5% este ano. "Se esse cenário se confirmar, será a sétima vez, em 10 anos, que a indústria nacional encolhe", destacou a CNI em nota.

Entre os motivos para as revisões estão as dificulda-

des enfrentadas pelas linhas de produção globalizadas em decorrência do prolongamento da guerra na Ucrânia, que tem pressionado para cima o preço dos fretes internacionais, devido à alta do petróleo. Outro fator é a variante Ômicron da covid-19, que continua a afetar a produção na China, país que segue com política de tolerância zero contra o vírus, promovendo quarentenas de cidades inteiras.

"Tanto as sanções comerciais e financeiras impostas por vários países ocidentais sobre a Rússia, quanto a nova variante da covid-19, contribuíram para a persistência dos desarranjos nas cadeias produtivas", disse a CNI. Outros fatores destacados para a redução da estimativa do PIB são também a redução da renda real.

"Recuem", disse Bolsonaro a ex-presidente da Petrobras

O ESTADO DE S. PAULO

"Recuem". Dessa forma, em mensagens curtas enviadas por WhatsApp, semelhantes a um comando militar, o presidente Jair Bolsonaro tentou anular decisões na Petrobras sobre aumento e preço de combustíveis mesmo depois de o reajuste ser anunciado, como apurou o Estadão/Broadcast.

Outras mensagens enviadas ao primeiro presidente da petroleira, Roberto Castello Branco, apelavam ao caráter persecutório: "Assim vc quer me derrubar", disparou.

Ao presidente atual, o general Joaquim Silva e Luna, Bolsonaro disse que a

Petrobras "tem de ser uma empresa que dê lucro não muito alto", o que motivou uma tentativa do diretor de Comunicação da estatal, coronel Ricardo Bezerra, a retirar a palavra 'lucro' para não parecer uma provocação ao presidente.

O comportamento adotado pelo presidente Jair Bolsonaro em relação à Petrobras desde o início de seu governo não mudou. Os acionistas decidiram ontem a formação do novo conselho de administração que referenda, amanhã, a nova presidência executiva - um ano antes do fim previsto para o mandato -, em meio a arruobos presidenciais que vão do "eu não apito nada (na Petrobras) e cai no meu colo" até acusações de falta de profissionalismo.

Presidente dá aumento a servidores e corta verbas de outras áreas

ESTADÃO CONTEÚDO

Em reunião ontem, o presidente Jair Bolsonaro pediu à equipe econômica para elaborar a proposta de um aumento linear de 5% para os servidores públicos federais, de acordo com fontes do governo.

Com a proposta em mãos, Bolsonaro deve anunciar nos próximos dias a concessão do reajuste abaixo da inflação e linear, para todos os servidores. Técnicos do Executivo, porém, ressaltam que o presidente é imprevisível e sempre pode ordenar uma mudança de rumo de última hora.

A decisão por um reajus-

te de 5% foi tomada numa reunião entre o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o próprio Bolsonaro no Palácio do Planalto. O governo quer anunciar o quanto antes a medida para aplacar os movimentos de servidores, que deflagraram greves e manifestações. O impacto nas contas públicas dependerá da data da vigência do reajuste. Caso comece em julho, referente à folha de junho, o custo extra seria de R\$ 5,8 bilhões neste ano e de R\$ 11,6 bilhões em 2023.

Para se tornar realidade, o aumento cobrado pelos servidores demanda não só aprovação do Congresso Nacional, mas mudanças na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

PONTO DE VISTA

Joaci Góes



Caminho de Compostela 3

A o querido amigo Luiz Cláudio Guimarães. Independentemente de suas múltiplas motivações, desde as de natureza espiritual até as turísticas, o Caminho de Compostela constitui oportunidade única para o conhecimento do povo espanhol e da estrutura sócioeconômica desta grande nação.

De 1963, quando visitamos a Espanha pela primeira vez, até o presente, os avanços conquistados pelo seu povo são marcantes, a exemplo do que também ocorreu no vizinho Portugal, alcançan-

do um padrão de vida acima do qual parece-nos excessivo por avançar na prática rotineira de desperdícios que comprometem a higidez dos recursos naturais do Planeta. Estudiosos concluem que esses recursos naturais suportariam ser estendido à totalidade da população humana o padrão de vida ibérico, mas não suportariam o padrão alemão e menos ainda o norte-americano cujo desperdício evitável corresponderia ao PIB francês, segunda maior economia europeia.

Alguns dados, aligeiramente recolhidos de superficial reflexão, apontam os povos ibéricos, em geral, e o espanhol, em particular, como modelo paradigmático do mais desejável desempenho econômico social.

Apesar da pequenez relativa do seu PIB, a Espanha é o segundo maior investidor na Economia Brasileira, abaixo, apenas, dos Estados Unidos. A mescla racial, praticada pelos povos ibéricos, a partir da invasão dos mouros no ano de 711, expressa a fisionomia étnica crescente dos povos, consoante o reconhecimento prestígio dos portugueses como colonizadores, ao se orienta-

rem pelo tríplice princípio de "a espada numa mão, a cruz na outra e o pênis no meio".

Na Península Ibérica, o excepcional bom gosto apoiase na simplicidade do essencial, sendo qualquer excesso naturalmente proscribido. Exemplo disso é que não há hotel no mundo que supere, em qualidade, os Paradores de Leon e Santiago, sedes antigas do Poder Real.

No futebol, a mais universal das práticas humanas, os espanhóis, há muito, passaram a dar régua e compasso, através da formação e manutenção de duas das maiores equipes que o Mundo conhece.

No plano da redução das desigualdades, as conquistadas ibéricas são igualmente notáveis. Quem percorre o Caminho Francês para Compostela, cruzando os Pirineus, faz um corte transversal da pátria de Miguel de Cervantes, impressionando-se por não deparar com o menor sinal de pobreza, colhendo a impressão, substancialmente verdadeira, de que o piso social do País é formado por uma saudável e operosa classe média, atenta não apenas ao que sucede em sua região como no Planeta.

Como brasileiros, ficamos a nos indagar quando num Brasil dotado de tantos recursos como a Península Ibérica sequer sonha, nosa grande população, a quinta maior do Globo, passará a conviver com semelhante for-

tuna. Logo, logo concluímos que todos os nossos males decorrem do mal original de continuarmos surdos ao clamor universal segundo o qual não há possibilidade de avanço dos povos sem que o acesso universal a educação de qualidade deixe de ser uma peça retórica e passe a constituir a primeira e fundamental prioridade nacional.

Diferentemente de 1963, quando era perceptível a diferença de qualidade de vida entre as pessoas e as regiões, a Espanha de hoje dispõe de uma qualidade de vida acessível a todos, de um modo que serve de padrão para se estender a toda a humanidade.

A síntese maior de nossa desvalia política está na atual disputa eleitoral em que as pesquisas revelam que maior do que a preferência por qualquer dos candidatos que polarizam o processo, é o eleitorado que vota contra o candidato que lhe parece o pior dos males.

O resultado mais visível dessa crise crônica, é que enquanto percorre centenas de kms para chegar à Catedral Sagrada, com grande segurança, apesar dos ermos solitários que atravessa, o brasileiro naturalmente lamenta ter que se acautelar ao atravessar de um lado a outro da rua onde mora.

O problema é que a História ensina que cada povo tem o governo que merece.

Tribuna da Bahia

Rua Djalma Dutra 121, Sete Portas Salvador Bahia - CEP 40.255-000

FUNDADOR: ELMANO SILVEIRA CASTRO. EM 21 DE OUTUBRO DE 1969

Conselho Editorial

Presidente
Antônio Walter Pinheiro

Vice-Presidente
Marcelo Sacramento

Diretor de Redação
Paulo Roberto Sampaio

Propriedade:
Site-Editora

Diretoria: 3322-6959
Redação: 3321-2161
Publicidade: (71) 3322-6377
Fax: (71) 3321-5322
Assinatura: (71) 3322-7266

Secretário de Redação.....Gerson Brasil
Chefe de Reportagem.....Leidiane Brandão
Editora de Cidade.....Tatiana Ribeiro

Editor de Política.....Guilherme Reis
Editor Raio Laser.....Raul Monteiro
Editor de Esportes.....Luiz Brito

Gerente Comercial
Ricardo Paiva

Gerente Administrativo Financeiro
José Carlos do Carmo

e-mail: tribuna.tribuna@terra.com.br

Representações:
Feira de Santana: (75) 3623-6141/5728
Brasília - DF 61 3543-0071 / 3253 5051
São Paulo - SP Tel.: (11) 2985.9444
Norte/Nordeste Tel: (85) 3264-0406

As informações nacionais e internacionais são fornecidas pela Agência Folha Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a opinião do jornal

Assinatura Anual R\$560,00 - Semestral R\$280,00 - Trimestral R\$140,00

Veículo: Política Livre	
Data: 14/04/2022	Caderno: Economia



Foto: Reprodução / Youtube
Governador Rui Costa (PT) 14 de abril de 2022 | 10:27

Rui acusa Prefeitura de Salvador de ‘quebrar’ empresas de ônibus, comércio e construção civil

EXCLUSIVAS

O governador Rui Costa (PT), que concedeu entrevista à Rádio Metrópole na manhã desta quinta-feira (14), afirmou que a Prefeitura de Salvador, com a cobrança alta de taxas e impostos, quebrou as empresas de ônibus, o comércio e o setor de construção civil. “Na cidade de Salvador, se aumentou de forma absurda o custo das empresas. O sistema de ônibus quebrou com essa outorga, com essa cobrança exagerada. As empresas de ônibus estão tudo quebrada. Quebrou o comércio da Barra com aquele jeito de cobrar IPTU; você olha para a cidade de Salvador, praticamente não vê construção civil”, disse o governador.

O petista disse que “os preços, as taxas, tudo aqui ficou extorsivo”. Ele disse que mostrava aos empresários: “olha, na Bahia, com essa capacidade de investimentos, não aumentamos a carga tributária; aumentamos os incentivos”. O governador ainda defendeu que a redução da carga tributária e a redução de custos na máquina pública possibilitam que sobre recursos para realizar investimentos. Ele, dirigindo-se a Geraldo Júnior, pré-candidato a vice-governador, e a Jerônimo Rodrigues, pré-candidato a governador, salientou que isso seria algo a ser destacado junto a comerciantes, empresários e produtores rurais.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 14/04/2022	Caderno: Economia



Aliados acusam governo de boicotar Refis do Simples; Lira diz que novo programa geral sairá em breve

Deputados acionaram o presidente da Câmara, que se reuniu ontem com o ministro da Economia Paulo Guedes; segundo ele, texto votado pelo Senado não tem chances de ser aprovado pelos deputados

Daniel Weterman, Antonio Temóteo e Iander Porcella, O Estado de S.Paulo

13 de abril de 2022 | 10h00

Atualizado 13 de abril de 2022 | 12h17

BRASÍLIA - Aliados do governo no Congresso Nacional acusam o Executivo de boicotar o **Refis do Simples**, programa de renegociação de dívidas para **micro e pequenas empresas**, por não ter apresentado ainda uma medida para tirar o refinanciamento do papel. O programa pode permitir a renegociação de R\$ 50 bilhões em dívidas.

Ontem, o presidente da Câmara, **Arthur Lira** (Progressistas-AL) se reuniu com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e disse que um novo programa de renegociação geral "muito provavelmente" sairá por Medida Provisória (MP), que tem força de lei assim que é editada mas precisa do aval dos parlamentares em até 120 dias. Um programa geral, que seria paralelo ao das pequenas empresas, abrangeria grandes e médias empresas e também pessoas físicas, incluindo tributos que vão do Imposto de Renda a parcelas atrasadas do eSocial, a plataforma de registro para o cumprimento de obrigações trabalhistas e tributárias.

No caso do Refis do Simples, o Congresso derrubou um veto de **Bolsonaro** ao programa no mês passado, com aval do Palácio do Planalto, mas as empresas ainda não conseguiram aderir ao refinanciamento. O prazo de adesão foi adiado para o dia 29 de abril.

O Refis foi batizado como Programa de Reescalonamento do Pagamento de Débitos no Âmbito do Simples Nacional (Relp), em que empresas poderão renegociar dívidas em até 15 anos e ainda ter descontos em juros, multas e encargos proporcionalmente à

queda de faturamento no período de março a dezembro de 2020, período da **pandemia** de covid-19 em que vários pequenos negócios fecharam as portas. A **Receita Federal** apresentou um cálculo aos parlamentares apontando impacto de R\$ 470 milhões na arrecadação federal com o Refis do Simples. Nos bastidores, o **Ministério da Economia** é acusado de barrar o programa mesmo após a derrubada do veto no Congresso. As críticas também são dirigidas à Casa Civil, responsável por dar aval às medidas assinadas pelo presidente, especialmente aquelas com impacto fiscal. Diante do impasse, congressistas ligados às micro e pequenas empresas avaliam que o governo pode adiar o prazo de adesão mais uma vez enquanto "bate cabeça" sobre a medida compensatória. O assunto foi citado pelo relator do projeto na Câmara que originou o Simples, **Marco Bertaiolli (PSD-SP)**. "A burocracia atrapalha o andamento e o desenvolvimento do Brasil", disse. "Isso está atrasando a recuperação das micro e pequenas empresas. Lamento que isso tenha que ser adiado por uma falta de ação", afirmou.

Deputados acionaram Lira para pressionar o Palácio do Planalto a abrir o Refis das micro e pequenas empresas, mesmo que não haja compensação fiscal, o que confrontaria os argumentos da equipe econômica. Procurados pela reportagem, a Casa Civil e o Ministério da Economia ainda não se posicionaram.

Refrigerantes e tributos de bancos

Para bancar o programa, o governo deve publicar uma Medida Provisória (MP) com o aumento da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e com o corte do incentivo tributário de fabricantes de concentrados de **refrigerantes** instalados na Zona Franca de Manaus.

A ideia original do governo era cobrir essa renúncia fiscal exclusivamente com o aumento da alíquota da CSLL para os bancos. Entretanto, a medida foi duramente criticada pelo setor bancário.

Como o presidente Jair Bolsonaro (PL) está em atrito com os parlamentares do Amazonas, a solução encontrada foi reduzir os incentivos oferecidos para a região. Parlamentares do Estado ingressaram com uma ação no Supremo Tribunal Federal

(STF) para barrar a redução das alíquotas do **Imposto sobre Produto Industrializado (IPI)**, que também afeta alguns itens produzidos em Manaus.

Refis dos grandes

Além do impasse sobre o início do Refis do Simples, outro projeto relacionado ao tema, que atende médias e grandes empresas, está parado na Câmara. A proposta foi aprovada pelo Senado no ano passado, mas não recebeu apoio na cúpula da Câmara, que resolveu priorizar o programa para os pequenos.

A derrubada do veto do Simples desencadeou um movimento do Senado para pressionar a Câmara a votar o outro projeto. Entre os deputados, porém, há críticas ao lucro de grandes empresas na pandemia e o argumento de que é preciso beneficiar os setores mais afetados, sob risco de comprometer a arrecadação do governo em ano eleitoral, quando também há pressão por aumento de gastos.

Ontem, Lira disse que um novo programa deve ser aberto por MP, mas mais restritivo do que o aprovado pelo Senado. “Aquele texto dificilmente será votado e já não foi ano passado. A dificuldade, em nosso ponto de vista, é que estava muito abrangente. Precisa tratar do que foi realmente prejudicado na pandemia, do que realmente teve prejuízo”, afirmou. Ele também disse que vai discutir o assunto nesta quarta-feira, 13, com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

O projeto do novo Refis passou no Senado em agosto do ano passado, mas ficou travado na Câmara. Em dezembro, na última sessão antes do recesso parlamentar, houve uma tentativa de aprovar a proposta no plenário, mas o próprio relator, deputado André Fufuca (Progressistas-MA), pediu para a votação ser adiada, em acordo com o governo. Na ocasião, Fufuca disse que o projeto seria analisado na primeira sessão deste ano, o que não ocorreu devido à falta de consenso sobre detalhes do texto.

mercado

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Diagnóstico

O caminho da judicialização praticado no mercado de cannabis medicinal no país começa a esbarrar na pressão de um grupo de empresas que passou a ver na questão uma ameaça à concorrência. De 2019 a 2021, subiu 45,5% a despesa da Secretaria de Saúde de SP com as ações judiciais de pacientes que obrigam o estado a bancar os tratamentos com remédio de maconha, segundo estudo da BRCann (associação do setor) e da frente parlamentar em defesa da indústria na Alesp.

TRATAMENTO Ainda conforme o estudo, o governo gastou quase R\$ 20 milhões no ano passado com a aquisição de remédios de cannabis por determinação judicial. Além da preocupação com o custo sobre o estado, uma parte do mercado avalia que a judicialização pode estar beneficiando algumas empresas em detrimento de outras, o que prejudica a concorrência.

DOSE Para resolver o problema, a ideia em projeto de lei é que o estado comprasse e fizesse a distribuição do tratamento a base de cannabis pelo SUS, segundo o deputado Sérgio Victor (Partido Novo).

RECEITA "Hoje, o estado já gasta uma grande quantia anual via judicialização. Queremos que isso entre no Orçamento. Se abrisse processo licitatório e pudesse fazer uma compra de forma adequada, poderia comprar mais barato. Quando vem via judicialização, o estado tem que cumprir a medida", afirma.

A CAMINHO A Amazon vai cobrar uma sobretaxa de combustível e inflação nas entregas feitas nos EUA a partir deste mês. O reajuste será de 5% nos valores cobrados de vendedores que usam os serviços de logística da companhia, que armazena, embala e envia os produtos. O movimento acontece em meio à disparada da inflação.

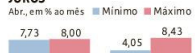
APERTEM OS CINTOS... O ator Paulo Vieira, que comanda um quadro no BBB, foi às redes sociais na noite de terça (12) para reclamar que embarcou em um voo da Latam, mas não o tinha piloto para decolar. "Estou em um voo da Latam que simplesmente não tem piloto. Está todo mundo sentado esperando alguém com carteira E vir piloto. Estão caçando piloto", escreveu o humorista.

...O PILOTO SUMIU A categoria E é a mais alta da CNH, que permite a condução de caminhões grandes e ônibus sanfonados. Procurada pelo Painel S.A., a Latam afirma que, devido a uma manutenção não programada em um voo anterior, a tripulação do avião em que Vieira estava teve de ser substituída pois ultrapassou o limite de jornada.

com Andressa Motter

INDICADORES

JUROS



Cheque especial
Fonte: Procon-SP

Empréstimo pessoal

De R\$ 1.212,00 até R\$ 2.427,35

De R\$ 2.427,36 até R\$ 3.641,03

De R\$ 3.641,04 até R\$ 7.087,22

De R\$ 7.087,23 até R\$ 14.174,44

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo podem contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem receber sobre 5% do piso nacional.

O prazo para o facultativo e o autônomo que recebe por conta própria vence em 18 abr.

MEI (Microempreendedor)

Valor mín. R\$ 1.212 5% R\$ 60,60

Assalariado

Até R\$ 1.212,00 7,5%

De R\$ 1.212,01 até R\$ 2.427,35 9%

De R\$ 2.427,36 até R\$ 3.641,03 12%

De R\$ 3.641,04 até R\$ 7.087,22 14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 20 abr. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

ELEVADOR O preço médio dos apartamentos em Balneário Camboriú passou São Paulo na comparação da amostra de 50 cidades monitoradas pelo índice FipecZAP em março, com R\$ 9.888 por metro quadrado, ante R\$ 9.831 na capital paulista e R\$ 9.701 no Rio.

VISTA O destino carinarense também foi um dos que teve seus imóveis mais valorizados, com alta de 45,3% no acumulado até março de 2022, usando janeiro de 2018 como base. A aceleração acontece desde o início da pandemia, mas acentuou em 2021, diz o FipecZAP

VAMOS A LA PLAYA Parte da valorização é atribuída ao alargamento da areia da orla, que favoreceu a atração de turistas e a ocupação dos hotéis. Para Renato Monteiro, diretor da Sort, empresa imobiliária local, a baixa oferta de propriedades com vista para o mar contribui para a valorização.

TANQUE Após o mega-aumento da Petrobras, o Sem Parar registra nova distribuição nas preferências do consumidor que usa o tag para pagar o abastecimento do carro. Segundo a empresa, antes do aumento, 70% das pessoas que têm o Sem Parar preferiam a gasolina, e 30% escolhiam o etanol. Nos últimos 15 dias do mês, a divisão foi de 55% para gasolina e 45% para o álcool.

POSTO As mudanças no comportamento do consumidor registradas pelo Sem Parar começaram logo no dia do anúncio do aumento. A empresa diz que, naquele dia, pouco antes da virada dos preços na bomba, teve um recorde de abastecimento pelo Sem Parar, com mais de 30 mil transações.

PASSO ATRÁS A CNI anunciou nesta quarta (13) que reduziu a previsão de crescimento do PIB de 1,2% para 0,9% em 2022. O PIB industrial também foi revisado para baixo, com uma queda de 0,2%, segundo a CNI.

RECUO "Esperávamos um ajuste mais rápido das cadeias de suprimentos, ajuste que foi atrasado pela guerra, e não esperávamos os entraves logísticos pela Covid na China. Também esperávamos uma trajetória de inflação mais moderada", diz a entidade.

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Alíquota, em %	Deduzir, em R\$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Em R\$	Valor, em R\$
Empregado	98,48
Empregador	259,25

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vencer em 7 abr. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico deve ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS

Categorias afirmam que percentual de aumento é inaceitável

Continuação da pág. A13

Os representantes de servidores da Receita, uma das categorias mais ativas nas mobilizações por reajustes, também se dizem insatisfeitos.

"O índice de revisão geral 5% é muito aquém da perda inflacionária", afirma Paulo Oshiro, presidente do Sindicato Nacional de São Paulo.

Fábio Fatiá, presidente do Sinal (Sindicato Nacional dos Servidores do Banco Central), diz que a decisão abre espaço para negociação — mas também acha o valor pequeno.

"O reajuste de 5% é muito pouco, haja vista a inflação acumulada do governo Bolsonaro já ser superior a 20%. Tal proposta, se for concretizada, pode significar negociação, mas para nós é insuficiente".

Luciano Leiro, presidente da ADPF (Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal), afirma que a decisão, caso confirmada, "será uma grande decepção para todas as categorias policiais, que vêm sofrendo diversas derrotas neste governo, além de pôr em descrédito o comprometimento do gover-

no com a segurança pública".

"Os delegados federais não se opõem a qualquer aumento aos servidores públicos, contudo, o presidente precisa honrar os compromissos assumidos publicamente. A reestruturação é condição insubstituível para valorização dos policiais federais", diz.

"A proposta aprofunda o processo de corrosão da renda da categoria, com o achatamento de salários em um momento de crescimento dos preços do aluguel e da inflação dos alimentos e combustíveis", afirma Thiago Duarte Gonçalves, diretor da Fenajufe (Federação dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do MPU).

A entidade afirma que irá voltar a procurar o STF (Supremo Tribunal Federal) para expor a situação dos servidores. "Não queremos privilégios nem aumentos salariais, em um momento de profunda crise econômica e social. Defendemos que seja feita a recomposição inflacionária de 19,99%, referente às perdas desde 2019", diz.

Para o economista e colunista da Folha Marcos Men-

des, um dos criadores do teto de gastos, o reajuste pode aumentar a incerteza fiscal.

Mendes questiona, primeiramente, se cabe dar um reajuste para os servidores pagorá, já que eles tiveram emprego garantido durante a pandemia, enquanto boa parte dos brasileiros perdeu renda.

"O segundo ponto é se ele cabe no bolso do governo, por causa da limitação do teto de gastos. Vaisar preciso decidir onde cortar despesas, e o mais importante seria cortar nas emendas de relator, que são despesas de baixa qualidade e que estão gerando todo tipo de suspeita de corrupção."

Se tiver um reajuste de 5%, custando R\$ 6 bilhões ou R\$ 7 bilhões, e isso for feito no corte de emenda de relator, o problema é menor, diz. Mas o mais provável é que esse aumento de despesa com pessoal se junte a outros aprovados pelo Congresso — como piso salarial de enfermeiros, ajuda às Santas Casas — e isso gere uma pressão para flexibilizar o teto de gastos ainda em 2022. Seria problemático e aumentaria a incerteza fiscal."

Luciano Leiro presidente da ADPF (Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal)

Equipe econômica estuda prorrogar Refis mesmo sem ter aberto programa

Possibilidade se deve ao atraso na regulamentação, que depende de medidas que compensem renúncia fiscal que beneficia MEIs e Simples

Ídiana Tomazelli

BRASILIA Antes mesmo de abrir o prazo para MEIs (microempreendedores individuais) e pequenas empresas do Simples Nacional negociarem suas dívidas tributárias com a União, o Ministério da Economia já estuda prorrogar a data-limite para ingressar no novo Refis.

A lei que instituiu o Relp (Programa de Reescalamento do Pagamento de Débitos no Âmbito do Simples Nacional) foi promulgada em 17 de março, e o prazo de adesão vai até 29 de abril, mas o programa até agora não foi regulamentado pelo governo.

A demora tem causado inquietação no setor empresarial e no Congresso Nacional, já que os pequenos negócios não conseguem regularizar suas pendências tributárias.

Segundo integrantes do governo, está em avaliação uma resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional autorizando a ampliação do prazo. A nova data ainda é alvo de discussão.

O motivo do atraso na regulamentação do Relp é a necessidade de compensar a renúncia de receitas, estimada em cerca de R\$ 500 milhões em 2022, na esteira de descontos concedidos em juros e multas.

Como mostrou a Folha, o governo pretende cortar o benefício dos xaropes de refrigerantes produzidos na Zona Franca de Manaus e ampliar temporariamente a CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido) dos bancos, mas as iniciativas ainda não foram publicadas em meio a resistências políticas.

De um lado, o corte do benefício tributário dos refrigerantes desagrada à bancada de parlamentares do Amazonas, com quem o governo já vem travando uma queda de braço devido à redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados). A medida tira competitividade dos produtos da Zona Franca, que já são isentos do imposto.

De outro, os bancos também ficaram descontentes com a possibilidade de au-

mento na carga tributária. Como mostrou a reportagem, a alíquota da CSLL, hoje em 20%, deve subir para um patamar entre 21% e 23%.

Caso o governo decida ir adiante com o corte do benefício dos refrigerantes, a alta na carga dos bancos poderia ser menos intensa, e a alta alíquota ficaria mais próxima dos 21%, segundo integrantes do governo.

Não entanto, a pressão da bancada do Amazonas sobre o Palácio do Planalto tem sido crescente, impondo obstáculos à edição do decreto, no caso do xarope, e da MP (medida provisória), no caso da CSLL.

Diante da demora e da sucessão dos feriados, técnicos do governo discutem com o Congresso uma saída para dar às empresas tempo hábil para aderir à negociação.

A PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) e a Receita Federal trabalham em uma solução jurídica que permita prorrogar o prazo sem a necessidade de aprovar uma nova lei complementar — o que demandaria votação ágil no Congresso, algo difícil em meio aos feriados de Páscoa e Tiradentes.

Essa alternativa envolve a aprovação da resolução pelo Comitê Gestor do Simples Nacional, composto por representantes da União, dos estados e municípios e do Senado Federal.

A negociação está sendo acompanhada de perto pelo Congresso. "A prorrogação está sendo estudada", diz o deputado Marco Bertaioli (PSD-SP), coordenador da FPE (Frente Parlamentar do Empreendedorismo). "Já estamos em 13 de abril e o governo ainda não abriu o Refis. Estão emperrando", afirma o congressista, que critica os cálculos feitos pela Receita Federal para exigir a compensação.

A lei que cria o Relp chegou a ser vetada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), em dezembro de 2021, justamente pela ausência de medidas de compensação, mas o Congresso Nacional derrubou o veto

ENTENDA

Relp

A lei que instituiu o Relp (Programa de Reescalamento do Pagamento de Débitos no Âmbito do Simples Nacional) foi promulgada em 17 de março, e o prazo de adesão vai até 29 de abril, mas o programa até agora não foi regulamentado

Atraso

O motivo do atraso na regulamentação do Relp é a necessidade de compensar a renúncia de receitas, estimada em cerca de R\$ 500 milhões

em 2022, na esteira de descontos concedidos em juros e multas

Solução

Segundo integrantes do governo, está em avaliação uma resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional autorizando a ampliação do prazo. A nova data ainda é alvo de discussão

no mês de março.

Bolsonaro era contra vetar a medida, mas atendeu ao Ministério da Economia e à AGU (Advocacia-Geral da União), que apontaram risco de violação da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) e de dispositivos da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e da Constituição.

A Receita Federal calcula uma renúncia próxima dos R\$ 500 milhões neste ano, devido aos descontos previstos na negociação. A LRF exige que esse valor seja compensado com medidas para elevar as receitas na mesma proporção.

O governo estima que até R\$ 50 bilhões em débitos possam ser negociados no Refis do Simples.

O programa permite às empresas inscritas no Simples e aos MEIs parcelar suas dívidas em até 180 meses (15 anos). A negociação deve respeitar o valor mínimo de R\$ 300 para a prestação, com exceção dos MEIs, que poderão pagar, no mínimo, R\$ 50 por mês.

As micro e pequenas empresas pagariam uma entrada de 1% a 12,5% do valor da dívida, conforme o grau de perda de receitas durante a crise provocada pela pandemia de Covid-19.

Além disso, elas teriam descontos entre 6% e 9% nos juros e multas e de 75% a 100% nos encargos e honorários advocatícios, também de acordo com o impacto da crise em seus caixas.

Como o veto integral foi derrubado pelo Congresso, até mesmo empresas que tiveram ganhos de faturamento na pandemia poderão aderir à negociação.

A medida foi criada como uma resposta às dificuldades sofridas por pequenos negócios durante a crise da Covid-19. Apesar de o Ministério da Economia ter sugerido o veto à medida, durante a pandemia o próprio ministro Paulo Guedes (Economia) chegou a falar na possibilidade de essas empresas receberem um parcelamento de obrigações tributárias.



Ambientalistas protestam no Rio contra oferta de áreas de petróleo próximas a comunidades quilombolas e pesqueiras e em cenário de alertas sobre o efeito estufa André Borges/AFP

Assembleia aprova Coelho para Petrobras, mas governo perde vaga

Em encontro confuso, minoritários conseguem emplacar quatro representantes no conselho

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO Em uma assembleia confusa, o governo sofreu nesta quarta-feira (13) dura derrota no processo de renovação do conselho de administração da Petrobras. Conseguiu incluir no colegiado seu indicado para comandar a companhia, mas perdeu mais uma cadeira para os acionistas minoritários.

Poucas horas antes do encontro, o MME (Ministério de Minas e Energia) decidiu retirar da pauta do dia item que tratava de mudanças no estatuto da companhia com o objetivo de melhorar a governança, o que o mercado interpretou como mais uma tentativa de ingerência na empresa. A retirada ainda não havia sido confirmada até a publicação da reportagem.

No encontro, o governo tentava aprovar oito conselheiros, incluindo o indicado para presidir a Petrobras, José Mauro Coelho. Com forte mobilização dos minoritários, porém, conseguiu apenas seis — os indicados Carlos Eduardo Lessa Brandão e Eduardo Karroz não tiveram votos suficientes.

Responsável por aprovar es-

tratégias e nomeações para a diretoria da estatal, o conselho da Petrobras tem 11 cadeiras, uma delas reservada a representante dos empregados da companhia, a engenheira Rosângela Buzanelli.

Outras duas são reservadas a minoritários, que nos últimos anos acabaram elegendos três representantes, avançando sobre uma das vagas da União. Em 2021, eles tentaram mais uma cadeira, mas não obtiveram sucesso.

Desta vez, a mobilização surtiu efeito, com a eleição de quatro representantes dos minoritários: Francisco Petros, Marcelo Mesquita de Siqueira Filho, Marcelo Gasparino da Silva e João José Abdalla, banqueiro conhecido como Juca Abdalla e um dos líderes do movimento.

Os minoritários entendem que um número maior de conselheiros lhes garante um poder maior de fiscalização contra interferências do governo nos negócios da companhia, como o represamento de preços dos combustíveis.

Do lado do governo, além de Coelho, foram eleitos o novo presidente do conselho, Marcio Weber, Luiz Henrique Car-

rolli, Murilo Marroquim, Ry-

Flaks Schneider e Sônia Villalobos. Os três últimos já eram membros do colegiado.

A indicação de Coelho para presidir a companhia ainda depende de reunião do conselho de administração, que deve ser realizada nesta quinta (14), data inicialmente prevista para sua posse.

A aprovação do conselho concluiu um conturbado processo de escolha de nomes pelo governo federal, que recebeu negativas dos dois primeiros indicados aos cargos, Rodolfo Landim e Adriano Pires, diante de questionamentos sobre conflito de interesse.

A escolha de Coelho pelo acionista controlador foi feita a pouco mais de uma semana da assembleia. Seu nome só foi aprovado pelo comitê da Petrobras que avalia os currículos dos candidatos na terça-feira (12).

No encontro, os acionistas aprovaram também as demonstrações financeiras da empresa em 2021 e a proposta de remuneração da administração, que separa R\$ 13,1 milhões para pagar bônus a diretores da empresa por lucros nos últimos anos.

A assembleia começou às 15h, mas não havia sido encer-

rada até às 23h. Ficou suspensa por horas para contagem dos votos até a descoberta de um erro na transferência para o sistema de votos de detentores de ADRs, segundo a empresa.

"Foi um erro do sistema, de cálculo", disse o presidente da assembleia, Francisco Costa e Silva por volta das 21h40, quando o problema foi detectado. "Absolutamente involuntário, sem o intuito de lesar nenhuma pessoa ou de proteger quem quer que seja".

Mais cedo, diante de questionamentos sobre os motivos da demora na contagem dos votos, ele chamou de "ilação irresponsável" afirmação feita por um acionista sobre a possibilidade de o governo estar mexendo com o resultado para evitar a eleição de um representante dos minoritários em vaga destinada à União.

A pauta previa a aprovação de mudanças no estatuto que reforçariam a estrutura de blindagem da Petrobras contra ingerências em sua gestão, dando mais poder ao conselho de administração sobre a política de responsabilidade social e a nomeação do diretor de Governança.

O MME (Ministério de Minas e Energia), porém, tenta-

va adiar a votação, alegando que não avaliou o tema previamente, o que é sua atribuição como supervisor da estatal.

Segundo a página de transparência da Petrobras, porém, o diretor de Governança da empresa, Salvador Daham, se reuniu com representantes do ministério no dia 11 de fevereiro para tratar de "estatuto social da Petrobras".

Em nota, o MME diz que os temas "serão abordados em uma próxima oportunidade, pois as matérias deixaram de ser submetidas à apreciação do ministério supervisor, conforme prevê a Portaria do Ministério da Economia". "O MME não pediu para retirar [o item da pauta], apenas não foi seguido o rito."

Leilão de áreas de exploração de petróleo arrecada R\$ 422 mi

RIO DE JANEIRO Em leilão sem participação da Petrobras, o governo concedeu nesta quarta-feira (13) 59 áreas para exploração de petróleo no país, em leilão que arrecadou R\$ 422,4 milhões. Do total

arrecadado, 98% foram oferecidos por Shell, Ecopetrol e Total pela concessão de oito áreas na bacia de Santos.

O leilão teve protestos de organizações ambientalistas contra a oferta de áreas próximas a comunidades quilombolas e pesqueiras e em um cenário de alertas sobre a necessidade de medidas para reduzir as emissões de gases do efeito estufa.

Foi o terceiro leilão do modelo de oferta permanente, que funciona como uma espécie de vitrine de áreas para exploração e produção de petróleo no país. Nesse modelo, as empresas demonstram interesse por áreas disponíveis, levando a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) a abrir leilões.

Deve ser o modelo vigente nos próximos anos, após o fim dos megaleilões de realizados nos anos 2010, que tinham áreas com maior conhecimento geológico e, por isso, arrecadavam bônus bilionários.

Para o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, o resultado desta quarta foi "excepcional" e reforça que o sucesso do modelo de oferta permanente, criticado pela oposição por ter menores bônus de assinatura do que leilões com menos ofertas.

O diretor-geral da ANP, Rodolfo Saboia, destacou que foi a maior arrecadação em um leilão de oferta permanente. "E o que é mais importante, obtivemos recorde nos compromissos de investimentos mínimos. Esses investimentos vão resultar em atividade econômica, emprego e renda para os brasileiros."

Presidente da ITA anuncia venda da companhia aérea

Ana Paula Branco

SÃO PAULO Em comunicado distribuído a funcionários, o presidente da ITA (Itapemirim Transportes Aéreos), Adalberto Bogsan, afirmou que a empresa foi vendida para a Bau-faker Consulting.

A companhia aérea, pertencente ao Grupo Itapemirim, parou de voar no fim de 2021 após seis meses de operação. O valor da negociação não foi revelado.

"Após concretizar o negócio, o novo acionista concentra esforços na capitalização da empresa, na reorganização e na manutenção do grupo de colaboradores e executivos", diz o texto assinado por Bogsan. A reportagem procurou Bogsan, mas não obteve retorno.



Aeronave da ITA (Itapemirim Transportes Aéreos), que suspendeu voos no fim de 2021 Divulgação

O acordo inclui a aquisição e a manutenção do leasing de cinco aeronaves A320CEO, a retomada de reuniões com a Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) e negociações com credores para o paga-

mento de dívidas, como salários, arrendamentos, taxas aeroportuárias e reembolso de passageiros.

Em dezembro do ano passado, às vésperas do Natal, consumidores foram surpreendi-

dos pela suspensão dos voos da ITA, que alegou a necessidade de fazer "ajustes operacionais". Desde então, a empresa está sem operar. Estimativa do Procon-SP informa que a suspensão causou prejuízos

a 130 mil passageiros.

No início de janeiro, a Anac proibiu a ITA de voltar a vender passagens até que a empresa demonstrasse que cumpriria todas as ações corretivas para quem foi afetado pela suspensão de suas atividades, como recomposição e reembolso integral do bilhete.

Reportagem da Folha de fevereiro, porém, apontou que os passageiros da ITA ainda não haviam sido reembolsados. A Itapemirim Transportes Aéreos teve seu voo inaugural em junho de 2021, de Guarulhos a Brasília, com o plano de atender 35 destinos em sua malha até junho de 2022.

O grupo Itapemirim está em recuperação judicial desde 2016 e com dívidas tributárias de quase R\$ 2 bilhões.

Integrasul vence leilão de bloco de rodovias no RS

SÃO PAULO | REUTERS O Consórcio Integrasul venceu, nesta quarta (13), o leilão pelo bloco 3 de rodovias do Rio Grande do Sul, ao disputar sozinho a concessão, oferecendo desconto de 1,3% em relação ao preço de pedágio previsto no edital.

Com a vitória, o consórcio, formado pelas empresas Silva & Bertoli e Gregor Participações, terá o direito de administrar 271,5 quilômetros de rodovias entre a Serra Gaúcha e a região metropolitana da capital, Porto Alegre, por 30 anos.

A expectativa do governo gaúcho é de que o projeto traga investimentos de R\$ 3,4 bilhões nos 30 anos da concessão.

mercado

Gov. decide dar reajuste de 5% a todos os servidores e inclui militares

Sem verba no Orçamento, reajuste, cujo custo é estimado em R\$ 7,9 bi, levará a cortes em outras áreas

Idiana Tomazelli, Marianna Holanda e Fábio Pupo

BRASÍLIA O governo Jair Bolsonaro (PL) decidiu nesta quarta-feira (13) conceder um reajuste de 5% para todos os servidores públicos federais a partir de 1º de julho, mesmo sem espaço suficiente no Orçamento — o que vai levar a um corte de verbas em outras áreas.

O aumento vai alcançar também os militares das Forças Armadas, informaram fontes do governo à Folha.

Os militares já havia sido alvo de uma reestruturação de carreiras em 2019, que resultou em reajustes nos soldos de algumas patentes e ampliação de gratificações. A categoria foi contemplada em meio à negociação para a reforma das regras de aposentadoria desse grupo.

A situação contrasta com a dos demais servidores federais. Boa parte está com salários congelados há cinco anos, desde 2017. Já a elite do funcionalismo, que inclui carreiras policiais e auditores fiscais da Receita Federal, teve o aumento mais recente em 2019.

O custo total da medida é estimado em R\$ 7,9 bilhões em 2022, considerando o alcance não só sobre o Executivo mas também sobre carreiras do Judiciário, do Legislativo, do Ministério Público e da Defensoria.

A decisão foi confirmada pela Folha com integrantes da equipe econômica do Planalto. A opção pelo formato linear foi tomada às vésperas do calendário eleitoral, depois de meses de idas e vindas sobre os reajustes do funcionalismo e após pressão do Planalto sobre a equipe econômica para chegar a um desfecho ainda nesta semana.

O Orçamento de 2022 só tem reservado o valor de R\$ 1,7 bilhão para reajustes ou reestruturações de carreiras de servidores neste ano e, além disso, desde março estão sendo contingenciados recursos para respeitar a regra do teto de gastos (que impede o crescimento das despesas federais



O ministro Paulo Guedes (Economia) e o presidente Jair Bolsonaro durante evento no Palácio do Planalto. Gabriela Biló/Folhapress

acima da inflação). Por isso, a decisão demanda que outras áreas percam recursos.

De acordo com integrantes do governo, a medida custa R\$ 6,3 bilhões (já contabilizado o reajuste para os militares) em 2022 somente para o Executivo, e os recursos serão obtidos por meio de um corte linear nas despesas de custeio e investimentos dos ministérios (as chamadas discricionárias). Como já há um montante de R\$ 1,7 bilhão reservado para os reajustes, a necessidade líquida de redução nas pastas será de R\$ 4,6 bilhões.

Outros Poderes também serão contemplados. Segundo os cálculos do governo, a correção de 5% sobre os salários do Judiciário, do Legislativo, do Ministério Público e da Defensoria custará R\$ 1,6 bilhão neste ano.

No caso desses órgãos, porém, não será necessário um corte nas demais despesas porque há folga em seus respectivos tetos de gastos.

A ideia é que a correção seja aplicada sobre a folha de salários do mês de junho, cujos pagamentos começam a cair na conta dos servidores em 1º de julho.

Para ir adiante com o reajuste, o governo ainda terá que articular com o Congresso a aprovação de uma mudança no Orçamento. Isso porque será preciso emendar um projeto de lei alterando o anexo 5 da lei, que trata justamente dos recursos para correções salariais. Será preciso ampliar a verba do atual R\$ 1,7 bilhão para o novo montante.

Juridicamente, o reajuste é considerado viável sem que haja risco para as pretensões de Bolsonaro de concorrer à reeleição. A lei eleitoral veda, nos 180 dias que antecedem o pleito, a revisão geral que exceda a recomposição do poder de compra — ou seja, a inflação oficial.

De acordo com os técnicos, os 5% estariam abaixo das

previsões de mercado, que se aproximam de 7%.

Com um reajuste abaixo da inflação, a única restrição a ser observada seria a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), que veda ampliações de remuneração nos últimos 180 dias do mandato. Daí a brecha para aplicar o reajuste a partir de julho.

Inicialmente, a ideia do governo era conceder um aumento apenas para carreiras policiais, como a Folha publicou no ano passado. Desde o começo, o ministro Paulo Guedes (Economia) se posicionou de forma contrária à medida.

Para a equipe econômica, conceder reajuste para algumas categorias representaria retirar um pino de uma grana — desencadeando aumentos para todo o funcionalismo.

Diante das divergências, o próprio presidente chegou a sinalizar que, se não houvesse consenso, o reajuste poderia ficar só para 2023.

As carreiras policiais são consideradas base eleitoral de Bolsonaro, que está em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto, atrás do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Ministros do governo apostavam, logo após a decisão, que o reajuste de 5% iria arrefecer a pressão dos servidores, esperando até um fim da greve no Banco Central. Roberto Campos Neto, presidente da instituição, participou de conversas sobre o tema no Planalto nesta quarta-feira.

A avaliação é que, se o reajuste fosse apenas para uma categoria, o movimento poderia se espalhar. O governo acredita que não deve haver reação dos policiais, uma vez que também estão contemplados no aumento.

A medida aumenta a despesa com pessoal, que é a segunda maior do governo. O país está no vermelho desde 2014 e, mesmo sem considerar o reajuste, terá uma di-

Gov. cede e reajusta remuneração do funcionalismo

Reajuste
5%

Custo da medida
R\$ 7,9 bi
(em 2022)

Espaço hoje no Orçamento para reajustes
R\$ 1,7 bi

Necessidade de corte em outras áreas do Executivo
R\$ 4,6 bi

Quantidade de servidores ativos
1.119.902

Despesas com pessoal e encargos sociais



*Valores atualizados pelo IPCA. Fontes: Tesouro Nacional e Portal da Transparência

vida de até R\$ 6,4 trilhões ao fim deste ano.

Segundo fontes do governo, a decisão de incluir os militares no reajuste deste ano foi de Bolsonaro, que tem no grupo um importante pilar de sua base de sustentação política.

O general da reserva Walter Braga Netto, ex-ministro da Casa Civil e da Defesa no governo Bolsonaro, é cotado para ser presidente na chapa que concorrerá à reeleição.

Uma emenda constitucional de 1998 tirou dos militares o status de servidor público, que passaram a ser "denominados militares". Por isso, uma interpretação mais literal do texto indicaria que eles não são alcançados pela regra da revisão geral de salários, que será usada pelo governo para aplicar o reajuste de 5%.

No entanto, houve um comando direto do presidente para que a categoria também fosse incluída, segundo relatos colhidos pela reportagem. Colaborou Alex Salomão

Categorias afirmam que percentual de aumento é inaceitável

Douglas Gavras e Fábio Pupo

SÃO PAULO E BRASÍLIA O reajuste de 5% que o governo decidiu dar aos servidores foi recebido negativamente por algumas categorias, que já falam em intensificar manifestações.

Para Amauri Fragoso de Medeiros, do Andes-SN (Sindica-

to Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), a medida pode ser interpretada como um recuo de Bolsonaro, ao pensar que a proposta inicial do governo era que o reajuste fosse dado apenas a uma parte da sua base eleitoral — os policiais. Apesar de não suprir toda a necessidade dos servidores,

é uma derrota deles, diz. "Mas a carestia, com aumento de combustíveis e desemprego, tem prejudicado o sustento dos servidores. Estamos em pleno processo de construção de greve, e isso não dá conta das nossas perdas salariais. Tenho a impressão de que os servidores irão ficar revoltados, já que 5% equiva-

lem à inflação apenas deste ano, praticamente."

Medeiros completa que o governo beneficia os militares mais uma vez, ao incluir as Forças Armadas no reajuste. "Quando da reforma da Previdência, os servidores tiveram os salários reduzidos, com o aumento de alíquotas, mas os militares tiveram au-

mento em seus soldos."

O presidente do Fonacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado), Rudinei Marques, também criticou o reajuste, ao apontar que a defasagem salarial está entre 30% e 40%. "A composição de 5% é mais do que inaceitável, é revoltante." Segundo Marques, as mo-

bilizações dos servidores devem se intensificar nas próximas semanas. "Para os servidores, o ideal seria algo mais próximo aos percentuais de perda do poder aquisitivo no período. Um reajuste de 20% agora seria razoável, e a gente poderia corrigir o restante nos próximos anos."

Continua na pág. A14

MECALUX

Armazéns automáticos que multiplicam a produtividade

☎ 0800 771 3036 🌐 mecalux.com.br

Veículo: G1	
Data: 13/04/2022	Caderno: Economia

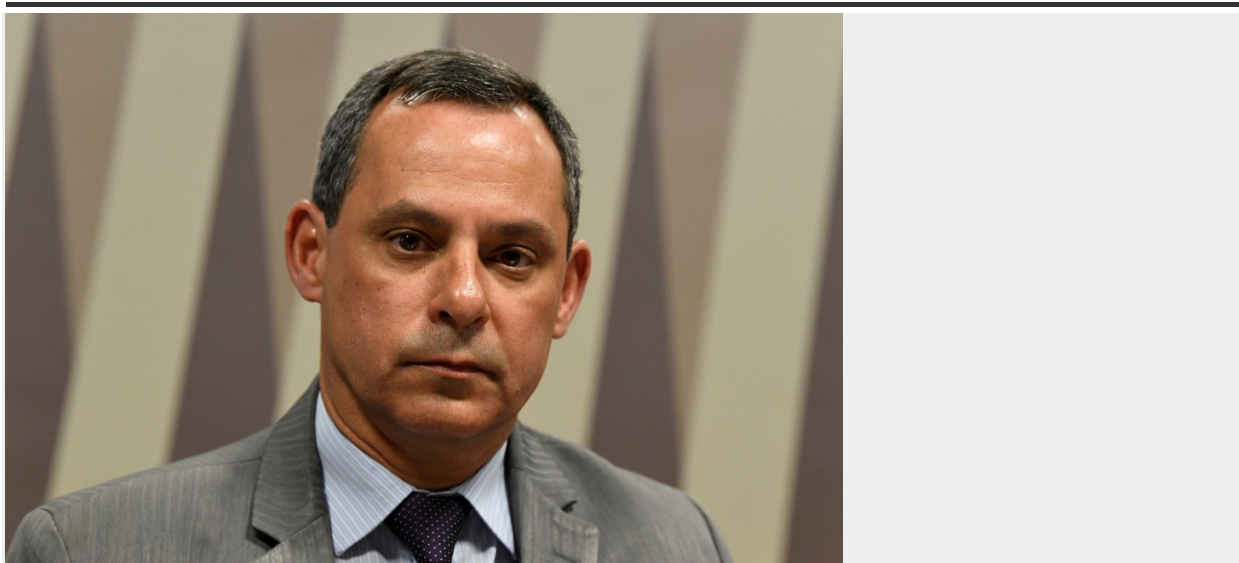


José Mauro Coelho é eleito para Conselho da Petrobras e fica mais perto de assumir presidência da empresa

Executivo ainda precisa ser eleito pelo Conselho de Administração da companhia para poder ocupar o lugar do general Joaquim Silva e Luna, demitido pelo presidente Jair Bolsonaro; assembleia também elegeu novos membros do conselho de administração da empresa.

Por g1

13/04/2022 22h24 Atualizado há 10 horas



José Mauro Ferreira Coelho em audiência na Comissão de Meio Ambiente do Senado em outubro de 2019 — Foto: Jefferson Rudy / Agência Senado

A assembleia geral de acionistas da [Petrobras](#) aprovou nesta quarta-feira (13) o nome de José Mauro Ferreira Coelho para o Conselho da Administração da estatal, o que abre caminho para que ele assuma a presidência da empresa. **A eleição do presidente acontece em uma nova reunião nesta quinta-feira (14).**

Ferreira Coelho foi presidente do conselho de administração da Pré-Sal Petróleo (PPSA) e ocupou o cargo de secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do

Ministério de Minas e Energia até outubro do ano passado. Antes, trabalhou por 12 anos na Empresa de Pesquisa Energética (EPE), estatal do governo responsável pelo planejamento do setor elétrico.

O executivo é graduado em química industrial, com mestrado em engenharia dos materiais pelo Instituto Militar de Engenharia ([IME](#)) e doutorado em planejamento energético pelo Programa de Planejamento Energético (PPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro ([UFRJ](#)).



Acionistas aprovam José Mauro Coelho no Conselho da Petrobras

Na terça-feira (12), o [Comitê de Pessoas da Petrobras recomendou a aprovação do nome de José Mauro Ferreira Coelho](#) para o conselho, um aval para que ele seja eleito o novo presidente da empresa. O estatuto da empresa prevê que o presidente precisa, primeiro, ser membro do Conselho de Administração. Uma vez no conselho, ele pode ser eleito para o comando da empresa – lugar do general Joaquim Silva e Luna, que foi [demitido pelo presidente Jair Bolsonaro](#) em março.

A assembleia também aprovou Márcio Andrade Weber como presidente do novo Conselho. Weber é engenheiro civil formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com especialização em engenharia de petróleo.

Política de preços

É a segunda vez que Bolsonaro mexe na presidência da empresa por insatisfação com a política de preços para os combustíveis. [Silva e Luna havia substituído o economista Roberto Castello Branco](#), que também sofreu pressão do governo federal [por conta dos reajustes do diesel e da gasolina](#).

Desde 2016, ainda na gestão de Pedro Parente, a [Petrobras](#) adotou o preço de paridade de importação (PPI) para definir o preço da gasolina e diesel nas refinarias. O PPI é orientado pelas flutuações do preço do barril de petróleo no mercado internacional e pelo câmbio.

A alta dos preços do petróleo no mercado internacional e o real ainda em patamares relevantes de desvalorização em relação ao dólar fizeram dos combustíveis motores importantes da inflação brasileira. De olho na reeleição, o presidente [Jair Bolsonaro](#) (PL) criticou por diversas vezes a operação e o lucro da [Petrobras](#).

Novos membros do Conselho

A assembleia de acionistas da [Petrobras](#) elegeu quatro conselheiros independentes para compor o conselho da estatal. Com isso, o número de indicados pelo governo que participam do colegiado caiu de sete para seis.

O conselho da [Petrobras](#) possui 11 integrantes (oito foram eleitos por voto múltiplo e dois por voto em separado). Os conselheiros são eleitos para um mandato de dois anos, ou seja, de 2022 a 2024. Porém, eles podem ser destituídos antes, caso peçam para sair ou a pedido do controlador. Se houver pedido do controlador, para ser confirmada, a destituição precisa ser votada em assembleia geral.

O governo federal, na condição de acionista controlador, indicou oito nomes para o colegiado, no entanto, apenas seis foram aprovados. [Apesar de ainda manter a maioria dos 11 assentos, o governo sofreu resistência.](#) Há ainda um conselheiro indicado pelos funcionários.

Silva e Luna

Bolsonaro tira general Silva e Luna da presidência da Petrobras e indica economista Adriano Pires

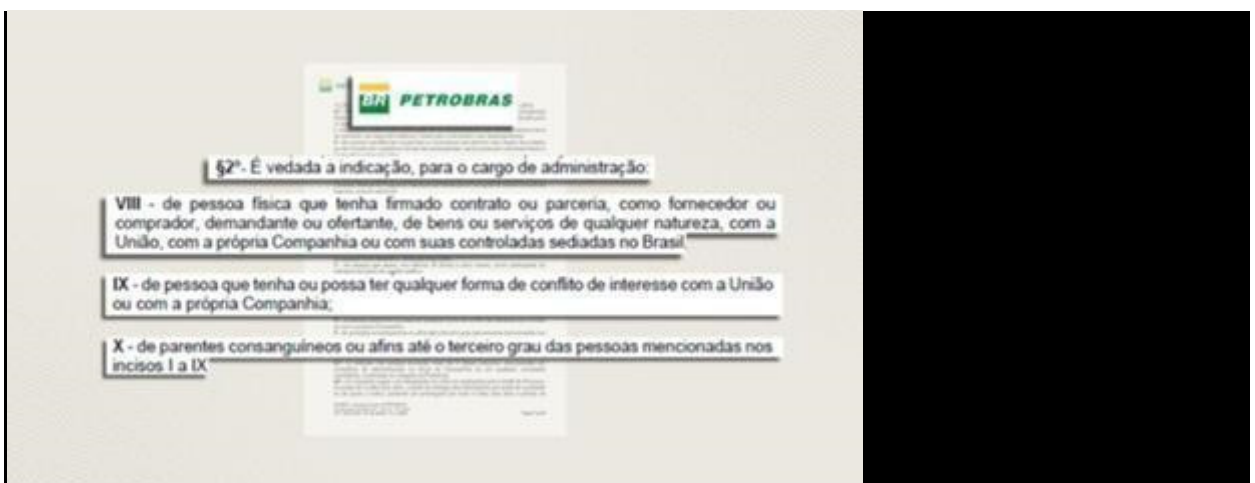
O governo anunciou no fim de março que substituiria o general da reserva Joaquim Silva e Luna em meio às insatisfações do presidente [Jair Bolsonaro](#) com a política de preços da [Petrobras](#).

Inicialmente, o governo tinha indicado o economista Adriano Pires para a presidência da [Petrobras](#) e o empresário Rodolfo Landim para o comando do conselho.

No entanto, ambos desistiram do convite após vir à tona que seus nomes poderiam ser reprovados pelo comitê de pessoas, pois eles possuem ligação com empresas que se relacionam diretamente com a [Petrobras](#), o que [poderia configurar eventual conflito de interesses](#).

Todos os nomes indicados para o alto escalão da companhia passam por uma avaliação interna. O objetivo é saber se eles preenchem os requisitos técnicos e de integridade para a função. A prática foi adotada após escândalos de corrupção na empresa.

Sendo assim, o governo indicou Marcio Andrade Weber para a presidência do conselho e José Mauro Coelho para o comando da estatal.



Entenda os conflitos de interesses na sucessão da Petrobras

Atribuições

Segundo a [Petrobras](#), o seu conselho de administração é composto por, no mínimo, sete e, no máximo, onze membros, eleitos em Assembleia Geral de Acionistas para um mandato de até dois anos, admitidas no máximo três reeleições consecutivas.

Cabe ao Conselho de Administração, entre outras funções:

- definir missão, objetivos estratégicos e diretrizes da [Petrobras](#);
- aprovar o plano estratégico e os planos plurianuais;
- fixar as políticas globais da Companhia, incluindo a de gestão estratégica comercial, financeira, de riscos, de investimentos, de meio ambiente, de divulgação de informações, de distribuição de dividendos, de transações com partes relacionadas, de porta-vozes, de recursos humanos e de participações minoritárias;
- fiscalizar a gestão da Diretoria Executiva;
- avaliar, anualmente, resultados de desempenho, individual e coletivo, dos administradores da estatal; e
- aprovar a transferência da titularidade de ativos da companhia.

Ao presidente da companhia, cabe gerir a empresa conforme as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração.

Zema vai à Justiça tentar barrar reajuste de servidores

Queda de braço entre deputados mineiros e governador envolve aumentos às áreas de Saúde, Segurança e Educação no ano eleitoral

LUÍSA MARZULLO
luisa.marzullo@oglobo.com.br

O governo de Minas Gerais vai entrar na Justiça contra a derrubada do veto parcial ao projeto de lei que prevê reajuste adicional aos servidores públicos do estado. O movimento é o novo capítulo da queda de braço entre o governador Romeu Zema (Novo) e os deputados mineiros. Na última terça-feira, com 55 votos favoráveis, os deputados estaduais derrubaram os vetos de Zema aos 14% adicionais para servidores da Saúde e da Segurança Pública, além de 33% para a Educação. O reajuste salarial de 10,06%, que continua a valer, foi sancionado por Zema no dia 4.

Em Varginha, no Sul de Minas, o governador criticou os parlamentares por não informarem a fonte dos recursos para custeios dos reajustes:

—O que esses deputados

fizeram é o que um pai faz quando o filho pede qualquer barbaridade. “Ah, eu quero comprar isso”. Compra, mesmo não tendo recurso para pagar. “Eu quero me drogar”. Deixa o filho se drogar. A vida não é desse jeito. A vida é feita com responsabilidade — afirmou o governador.

FOLHA COMPROMETIDA

Em nota, o governo de Minas Gerais informou que aguarda o envio do texto pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais para entrar na Justiça contra os artigos 10 e 11:

“O artigo 10, inserido a partir de emenda parlamentar, viola o processo legislativo previsto na Constituição do Estado, ao acarretar aumento substancial das despesas públicas relativas ao pagamento dos servidores, sem que haja previsão da fonte de custeio. O artigo 11, outro dispositivo de au-



Protesto. Agentes de segurança participam de manifestação e pedem reajuste salarial: ato terminou de forma violenta

toria parlamentar, também não é acompanhado da estimativa do impacto orçamentário e financeiro”.

O governo considera a decisão dos deputados estaduais uma “medida inconsequente” e ressalta que pode “comprometer a própria gestão de pessoal, prejudicando a regularidade do pagamento dos servidores públicos ativos e inativos e dos pensionistas, o que já aconteceu em passado recente”.

Em entrevista à Rádio Itatiaia, a secretária de Planejamento e Gestão do governo mineiro (Seplag), Luísa Barreto, disse que o governo não tem os R\$ 9 bilhões necessários para manter o reajuste.

—Nossa tentativa vai ser de

um pedido liminar, para que haja pelo menos a suspensão dos efeitos dessa lei, até uma decisão em definitivo, para que o estado não entre numa situação de fragilidade. Então, estamos bastante esperançosos porque a legislação é clara: a Assembleia não pode criar despesas novas ao governo sem indicar de onde essas despesas sairão, seja da redução de outras despesas, seja da criação de novas fontes — disse Luísa Barreto.

Nas redes sociais, o governador ressaltou que o reajuste de 10,06% é hoje “o limite que o estado consegue pagar”. O governo ainda tem 24 horas para sancionar emendas, caso não recorra à Justiça.

Pelo menos sete deputa-

dos alinhados ao bolsonarismo participam diretamente das decisões dos agentes de segurança pública de Minas Gerais. As forças de segurança reivindicam recomposição salarial para corrigir a perda com a inflação alta.

Em 2020, Zema havia feito acordo com os policiais e enviou projeto de lei à Assembleia Legislativa que previa recomposição de 41% para os profissionais, a ser paga em três parcelas. No entanto, depois de aprovado pelo Legislativo, somente a primeira parcela foi paga, após Zema vetar as duas últimas. Agora, os servidores tentam fazer com que o governador cumpra o acordo inicial.

PROMESSA DE AUMENTOS LEVOU A IMPASSE

Reajustes não cumpridos

Após acordo com policiais, o governador Romeu Zema enviou, em 2020, projeto de lei à Assembleia Legislativa que previa recomposição de 41% para os profissionais, a ser paga em três parcelas. Mas somente a primeira parcela foi paga. Zema alegou o não cumprimento à “responsabilidade e previsibilidade fiscal”, além da adesão do estado ao regime de recuperação fiscal.

Conflito em praça pública

O governo de Minas acabou enfrentando protestos violentos no início de março de agentes de segurança, que explodiram bombas e fecharam ruas durante manifestações em Belo Horizonte. Os manifestantes ignoraram uma decisão da Justiça que determinava que a categoria não poderiam interditar ruas, bloquear o acesso a prédios públicos ou privados, além de portar armas de fogo nos atos.

Apoio de bolsonaristas

Os agentes de segurança mineiros têm o apoio de parlamentares ligados ao presidente Jair Bolsonaro. Durante reunião com representantes do governo, no fim de fevereiro, representantes da categoria foram acompanhados dos deputados estaduais Sargento Rodrigues, Coronel Sandro, Delegada Sheila e Heil Grilo e dos federais Subtenente Gonzaga, Junio Amaral (PSL) e Léo Motta. Todos os parlamentares estiveram em protestos promovidos em Belo Horizonte.

EM ANO ELEITORAL

Bolsonaro decide dar aumento de 5% a servidor. Custo é de R\$ 6,3 bi este ano

MANOEL VENTURA, GERALDA DOCA E JULIA NOIA
 @conversas@oglobo.com.br
 @MAGLIERO

O presidente Jair Bolsonaro pediu à equipe econômica para elaborar proposta de aumento de 5% para servidores públicos federais, inclusive militares que já tiveram reestruturação de carreira em 2019, de acordo com fontes do governo. Com a proposta em mãos, ele deve anunciar nos próximos dias a concessão do reajuste abaixo da inflação e linear, para todos os servidores.

Técnicos do Executivo, porém, ressaltam que o presidente é imprevisível e sempre pode ordenar uma mudança de rumo de última hora.

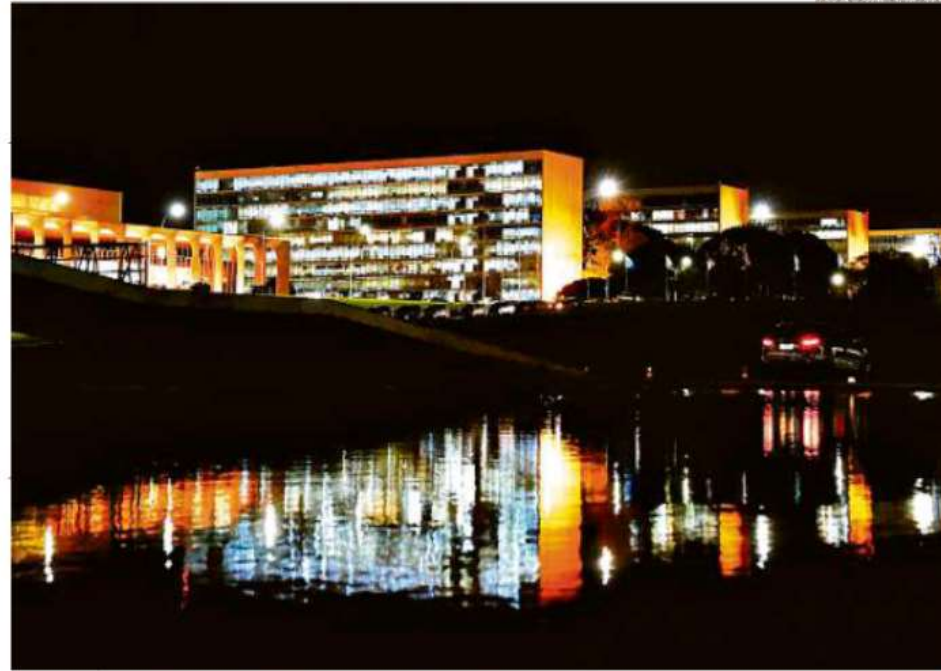
A decisão por um reajuste de 5% foi tomada numa reunião ontem à tarde entre o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o próprio Bolsonaro no Palácio do Planalto. O governo quer anunciar o quanto antes a medida para aplacar os movimentos de servidores, que deflagram greves e manifestações, depois que Bolsonaro anunciou a intenção de reajustar apenas os salários das carreiras de segurança.

À noite, ao deixar o Ministério da Economia, Paulo Guedes foi perguntado se a notícia sobre o reajuste procede:

— Parece proceder. O impacto nas contas públicas dependerá da data da vigência do reajuste. Mas, se for em junho, o custo extra seria de R\$ 6,3 bilhões este ano e de cerca de R\$ 13 bilhões em 2023.

O governo já colocou nessa conta um possível reajuste para servidores de outros poderes (Legislativo e Judiciário), porque sabe que eles não aceitarão a concessão de um aumento apenas para o Executivo.

O governo tinha reservado R\$ 1,7 bilhão para o reajuste. Por isso, será necessário desviar recursos de ou-



Outros poderes. Custo do reajuste de R\$ 6,3 bilhões este ano e de R\$ 13 bilhões no ano que vem considera também o aumento para Judiciário e Legislativo

tras áreas para compensar o novo gasto. Isso será feito, segundo fontes do governo, nas chamadas despesas discricionárias (que podem ser cortadas), nas quais estão concentradas as verbas para investimento e custeio da máquina pública.

O assunto também foi discutido ontem entre Guedes, o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, e o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira. As paralisações de servidores do Banco Central e da Receita Federal são as que mais preocupam o governo.

Por causa da greve, o BC tem deixado de divulgar estatísticas e o Boletim Focus, que reúne expectativas do mercado sobre indicadores econômicos, principalmente sobre a inflação. Na Receita, há demora na liberação de mercadorias nos portos.

Nas conversas, Guedes tem ressaltado que aceitaria dar um aumento para servidores de maneira “moderada” e geral, mas que é contra conceder reajuste para repor a inflação do último ano.

Analistas do BC têm salário inicial de R\$ 19,2 mil que pode chegar a R\$ 27,4 mil no topo da carreira. Já a remuneração dos técnicos varia de R\$ 7,5 mil a R\$ 12,5 mil. Eles reivindicam reajustes de cerca de 20%.

RESTRIÇÃO EM ANO ELEITORAL Auditores da Receita Federal, que têm vencimentos básicos que variam entre R\$ 21 mil e R\$ 27,3 mil, estão entregando cargos e fazendo paralisações em protesto por não haver a regulamentação do bônus de produtividade para os servidores, que garante pagamento extra de R\$ 3 mil.

O governo tem pressa para resolver a questão por causa dos prazos determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em relação às novas despesas em ano de eleições.

A lei fala que não é possível aumentar ou executar qualquer ato que eleve a despesa de pessoal, como reajuste em benefícios, seis meses antes do fim do mandato do chefe do Poder — ou seja, a partir de julho. Até lá, ainda é preciso que o projeto com os reajustes seja aprovado pelo Congresso.

Nas últimas semanas, o governo colocou sobre a mesa três propostas de reajuste dos salários dos servidores, em meio a uma pressão cada vez maior de diferentes categorias do funcionalismo.

Além do reajuste de 5%, Guedes chegou a sugerir um aumento de R\$ 400 no vale-

alimentação. Um aumento dessa magnitude, calculam integrantes do governo, custaria perto de R\$ 2 bilhões e teria um impacto maior sobre quem recebe menos. Mas não beneficiaria os inativos. O vale-alimentação do Executivo hoje é de cerca de R\$ 400.

Outra possibilidade era conceder reajuste somente para os policiais federais, para a Polícia Rodoviária Federal, para o Departamento Penitenciário Nacional, para a Receita e para o BC, mas essa alternativa fomentou o movimento grevista de outras categorias. Integrantes da PF, da PRF e do Depen são algumas das principais bases eleitorais de Bolsonaro.

Os funcionários de União, estados e municípios passaram dois anos (2020 e 2021) sem aumento salarial, como contrapartida ao aumento

de gastos com a pandemia. Com o fim da restrição, Bolsonaro foi o primeiro a falar em aumentos este ano.

Em novembro último, prometeu reajuste caso o Congresso aprovasse a proposta de emenda à Constituição (PEC) que alterou o pagamento de precatórios (despesas do governo decorrentes de decisões judiciais).

A PEC alterou o teto de gastos (lei que impede o crescimento das despesas públicas acima da inflação), abrindo espaço de mais de R\$ 100 bilhões para novos gastos este ano. Com a reação negativa à proposta, o presidente deixou de falar em reajuste linear, mas manteve a intenção de dar aumento aos policiais.

Nos estados, diversos governadores já concederam aumento ao funcionalismo, a um custo de cerca de R\$ 40 bilhões. Esse movimento pressionou o governo federal, que, em ano de eleições, não quer ver apenas os servidores da União sem aumento.

FUNCIONALISMO CRÍTICA

Entidades que representam o funcionalismo federal ficaram insatisfeitas com a proposta de reajuste linear de 5% e afirmam que a concessão não deve reduzir o ímpeto das mobilizações. Categorias que compõem o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) pleiteiam recomposição de 19,9%, correspondente à inflação entre janeiro de 2019 e dezembro de 2021.

O secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Sérgio Ronaldo da Silva, criticou o percentual que está sendo pensado pelo governo:

— É lamentável a falta de comunicação e compromisso com os servidores federais. Estamos há meses demandando a abertura de uma mesa de negociação com o governo, que vem fazendo vista grossa.

O presidente do Sindicato dos Servidores do Banco Central (Sinal), Fabio Faia, afirma que o percentual não é suficiente para arrefecer a greve dos servidores:

— Para os servidores do Banco Central, o índice é pequeno. Nosso indicativo é contrário. Vamos continuar em greve até que o governo apresente um índice melhor que esse (de 5%).

Leilão de petróleo arrecada R\$ 422 milhões

Terceira rodada de áreas de exploração remanescentes de outras licitações concedeu 15% dos blocos, mas resultado foi bem avaliado pelo setor. Ministro de Minas e Energia diz que haverá localidades do pré-sal em oferta permanente

RAPHAELA RIBAS
rribas@oi.com.br

A Agência Nacional do Petróleo (ANP) concedeu 15% dos 379 blocos marítimos e terrestres para exploração de petróleo e gás oferecidos ontem no 3º Ciclo da Oferta Permanente de Concessão (OPC). No leilão, realizado no Rio, foram firmadas 59 concessões, em seis bacias, somando R\$ 422 milhões em

bônus. Os investimentos previstos nas áreas são de pouco mais de R\$ 400 milhões.

Como são áreas remanescentes de licitações passadas, nas quais não foram objeto de lances, o resultado foi considerado acima das expectativas por especialistas do setor como Marcus D'Elia, sócio-diretor da Leggio Consultoria:

— Mostrou certo fôlego ao mercado.

Das 14 empresas que fize-

ram ofertas na rodada, 13 venceram. Destacaram-se os pequenos e médios produtores e locais, como a CE Engenharia, que arrematou um bloco na Bacia do Espírito Santo com bônus de R\$ 205 mil em sua estreia nos leilões. Outras duas que chamaram a atenção foram Origem e Petro-Victory, ambas focadas em blocos terrestres do Nordeste. A Petrobras não fez nenhuma oferta.

A Bacia de Santos, em São Paulo, com blocos offshore (em alto mar), foi a que mais recebeu ofertas. O consórcio formado por Shell e Ecopetrol apresentou proposta para oito blocos e levou seis. Já a Bacia de Pelotas, no Rio Grande do Sul, não recebeu lances.

De acordo com o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, áreas do pré-sal e mais estratégicas podem aderir ao sistema de

oferta permanente:

— Temos previstas 11 áreas do pré-sal e continuamos trabalhando para acelerar esse processo de investimentos. E isso passa pela oferta permanente e pela viabilização de áreas até então restritas a leilões específicos. Para a oferta permanente de partilha, a perspectiva é de termos o primeiro ciclo ainda em 2022. Ambientalistas ingressa-

ram na Justiça para pedir a retirada de 20% dos blocos do leilão, alegando falta de comunicação com comunidades locais em regiões como a foz do Rio São Francisco, no Sergipe, e a Baía de Guanabara, no Rio, que poderiam sofrer com impactos ambientais provocados pela atividade petrolífera. A ANP diz que houve pareceres favoráveis de autoridades ambientais.

Governo tira item da pauta da assembleia da Petrobras

Proposta de mudanças no estatuto para aprimorar governança foi retirada da reunião que elegeu novo conselho

BRUNO ROSA E MANOEL VENTURA
@brunorosa@oglobo.com.br
@manuelventura

O Conselho de Administração da Petrobras foi renovado ontem em uma assembleia geral ordinária e extraordinária de acionistas. A reunião que confirmaria a eleição de José Mauro Coelho para o colegiado, condição necessária para que ele assumira a presidência da estatal estendeu-se até a noite. Depois de uma conturbada votação com erros nos cálculos na totalização dos votos, os acionistas minoritários da Petrobras conseguiram ampliar sua presença na cúpula da petroleira.

O número de representantes dos fundos de investimentos passou dos atuais três para quatro dos 11 assentos. Os funcionários têm um e a União ficou com seis. Entre os eleitos estão Coelho e Márcio Andrade Weber, indicado para presidir o colegiado. O novo conselho tem reunião marcada para hoje para confirmar a indicação de Coelho para comandar a diretoria, feita pelo presidente Jair Bolsonaro.

A assembleia foi marcada pela decisão do governo de pedir à Petrobras para tirar da pauta uma proposta de alteração no estatuto social da companhia que visava a reforçar mecanismos de governança da empresa, no sentido de reduzir interferências políticas.

Coelho foi escolhido após Bolsonaro, insatisfeito com a alta nos preços dos combustíveis, decidir afastar o general da reserva Joaquim Silva e Luna da presidência da Petrobras e ter o convite ao consultor Adriano Pires recusada diante de conflito de interesses.

As mudanças no estatuto foram pautadas pela própria estatal. O objetivo era alterar a forma como temas de governança são tratados, para dar maior transparência e reduzir ingerências do governo, que é o acionista controlador. Usando justamente essa posição de acionista majoritário, o governo determinou a suspensão da proposta da pauta alegando que não havia sido submetida previamente a Brasília.

RITO DESCUMPRIDO

O Ministério de Minas e Energia informou em nota que "os temas que seriam abordados" na assembleia "serão abordados em uma próxima oportunidade, pois as matérias deixaram de ser submetidas à apreciação do Ministério supervisor, conforme prevê a Portaria do Ministério da Economia". A pasta frisou que "não pediu para retirar (o item de pauta), apenas não foi seguido o rito".

Atualmente, temas de governança são reportados ao Conselho de Administração da companhia. A mudança



Clímax. Sede da Petrobras, no Centro do Rio: assembleia teve pauta alterada e problemas na contagem de votos

proposta pela Petrobras faria esses assuntos serem discutidos na assembleia de acionistas, uma forma de dar mais publicidade a decisões da direção da companhia, indicada pelo governo.

Além disso, a mudança previa a necessidade de um quórum qualificado para a destituição do diretor executivo de Governança e Conformidade, para dar ao cargo maior autonomia e fortalecer a conformidade na estatal, que foi o principal cenário do escândalo de

corrupção revelado pela Operação Lava-Jato. O aval deveria contar com o voto da maioria dos conselheiros eleitos pelos acionistas minoritários e não apenas com a votação majoritária de todo o colegiado, onde o governo tem maioria.

Havia ainda outras propostas de mudanças, como a previsão expressa de competência do Conselho de Administração na aprovação da Política de Responsabilidade Social da estatal e a exigência de manifestação prévia de comitês

específicos para a execução e acompanhamento anual de projetos de investimentos, em assessoramento às decisões dos conselheiros.

Desde o início da reunião virtual, circulavam entre os acionistas informações de que o governo pretendia retirar da pauta de votação da Assembleia temas relacionados a mudanças no estatuto social da companhia que teriam o objetivo de continuar blindando a estatal de interferências e malfeitos por parte de

acionistas e executivos.

Segundo fontes, os rumores pela manhã geraram uma movimentação de pressão entre os acionistas majoritários para ampliar a presença na assembleia e protestar contra a manobra do governo, que envolveu trocas de mensagens no WhatsApp e telefonemas entre os maiores fundos de investimentos. Até os sindicalistas se mobilizaram. O plano era convencer o secretário da assembleia a não alterar a pauta e pedir ao governo que se abstivesse na votação das propostas relativas à governança, mas não funcionou.

AÇÃO SOBRE E SUPERA VALE

Também marcaram a assembleia as dificuldades na contagem dos votos para eleger os 11 conselheiros entre os indicados pela União e por minoritários, o que define quantas cadeiras ficarão com o governo. Até a assembleia de ontem, o conselho da Petrobras era formado por sete indicados pela União, três por acionistas minoritários e um eleito pelos funcionários. Agora os minoritários terão quatro cadeiras.

O presidente da Assembleia, Francisco Augusto da Costa e Silva, alegou problemas no somatório dos votos dos acionistas, proporcionais às ações que detêm, e a reunião se estendeu durante a noite com tentativas de tabular votos manualmente. O presidente da mesa negou que a contagem estivesse "sendo manipulada, como insinuam alguns acionistas", mas evidência do clima tenso: — Fazer essa ilação é uma irresponsabilidade.

Embora a reunião ainda não tivesse sido encerrada no fechamento da Bolsa, as ações ordinárias e preferenciais da Petrobras terminaram ontem em alta de 2,46% e 2,13%, respectivamente, refletindo a expectativa dos investidores pela definição do novo comando da estatal. Com isso, a Petrobras superou a Vale e voltou a ter o maior valor de mercado da Bolsa, segundo levantamento da Economatica para o g1: R\$ 462 bilhões. (Colaborou Vitor da Costa)

Como é a eleição dos conselheiros

> Atualmente, o Conselho de Administração da Petrobras é formado por 11 cadeiras. Pelas regras da estatal, há três votações em separado para eleger os conselheiros. Os acionistas com papéis preferenciais têm direito a um assento. O mesmo vale para os detentores de papéis ordinários, que têm outra cadeira garanti-

da. Além disso, sempre há um assento para um representante eleito pelos funcionários.

> Até as 22h de ontem, apenas as duas vagas dos minoritários estavam definidas. O atual conselheiro Marcelo Mesquita foi reeleito representante dos preferencialistas. Francisco Petros, que já foi

conselheiro da estatal, vai representar os ordinários. O mandato dos dois vai até 2024.

> As oito vagas restantes são escolhidas pelo chamado sistema de voto múltiplo ou em conjunto. O acionista com mais de 5% das ações tem o direito, segundo a lei, de pedir o uso desse

mecanismo. Nesse caso, a União indicou oito nomes e os minoritários, dois nomes adicionais, ainda antes da assembleia. Durante a reunião, os fundos de investimentos indicaram mais dois nomes. Assim, são eleitos os que tiverem mais votos absolutos, o que poderia levar a União a ficar com menos das sete cadeiras que tinha

até ontem.

> A União tem direito a metade mais uma das vagas do conselho. Caso os minoritários ultrapassem cinco, somando seis com o representante dos funcionários, o governo tem direito a acrescentar mais nomes até assegurar a maioria dos assentos.

TCU marca julgamento da venda da Eletrobras

Governo articula para evitar que avaliação da Corte na próxima semana seja adiada com pedido de vista

MANOEL VENTURA
manuel.ventura@oglobo.com.br
BRASÍLIA

O ministro Aroldo Cedraz, do Tribunal de Contas da União (TCU), liberou para julgamento o último processo da Corte que analisa a privatização da Eletrobras, que foi pautado para a próxima quarta-feira. Isso deflagrou uma operação do governo para evitar um novo adiamento da decisão. O ministro Vital do Rêgo já sinalizou aos colegas que pedirá vista (mais tempo para analisar o assunto), repetindo o que já fez no ano passado.

Integrantes do Executivo articulam com ministros do TCU uma forma de restringir o período de vista para apenas uma semana, fazendo com que o assunto tenha um desfe-



Próxima fase. Torres de transmissão em Brasília: preço da ação em análise

cho no dia 27. Isso será um desafio para a articulação do Palácio do Planalto, já que normalmente os ministros costumam usar até 60 dias em pedido de vista, o que é respeitado pelos colegas.

A privatização da Eletrobras é uma corrida contra o tempo. Pelo cronograma do governo, o TCU precisa dar aval à operação até o dia 27. É o tempo necessário para que o BNDES faça todo o trâmite e consiga rea-

lizar a capitalização na B3 e na Bolsa de Nova York até o dia 13 de maio.

Caso passe dessa data, o governo só conseguirá fazer a operação em agosto — por causa dos prazos estabelecidos pela SEC, que regula o mercado de ações dos Estados Unidos, onde a Eletrobras tem papéis negociados. Mas agosto é um prazo delicado diante da proximidade das eleições.

Aroldo Cedraz passou as últimas duas semanas discutindo detalhes do seu voto com a área técnica do seu gabinete. Apesar de recomendar mudanças pontuais, ele deve dar aval à operação — tendência que deve ser seguida pelos demais ministros. Por isso, o que

mais preocupa o governo é um pedido de vista.

O TCU já aprovou a primeira parte do processo de privatização, que avaliou o preço das outorgas que serão pagas pela Eletrobras privada ao governo federal. Agora, o tribunal se debruça sobre a privatização em si, como o preço mínimo das ações e a cisão da Eletronu-

clear (das usinas nucleares de Angra) e de Itaipu — ambas não podem ser vendidas.

O modelo da privatização prevê transformar a companhia em uma corporação, sem controlador definido, após uma oferta de ações que não será acompanhada pela União, que passará a ter menos de 50% da empresa.

CONVOCAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DOS LOJISTAS DO RIO SUL SHOPPING CENTER
CNPJ: 30.495.790/0001-94
Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os senhores membros da Associação dos Lojistas do Rio Sul Shopping Center, para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada na sede da Associação, à Rua Lauro Müller, 116 - 1º subsolo, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, no dia 26 de abril de 2022, às 16 horas, em primeira convocação, e às 17 horas, em segunda e última convocação, a fim de deliberar sobre as seguintes ordens do dia:

- (i) eleição dos membros não natos do Conselho Diretor e metade dos membros do Conselho Deliberativo; e
- (ii) apreciação e decisão sobre as contas do Conselho Diretor.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 2022
Conselho Diretor ALRSSC



Governo decide dar reajuste de 5% a servidores

Na semana passada, Guedes disse que aumento generalizado destruiria a economia

Por Fabio Murakawa, Edna Simão e Lu Aiko Otta — De Brasília

14/04/2022 05h01 · Atualizado há 5 horas



Paulo Guedes: ministro disse a Bolsonaro que dar aumento para parte do funcionalismo seria puxar pino de uma granada — Foto: Washington Costa/ME

O governo decidiu conceder um reajuste linear de 5% a todo o funcionalismo a partir de julho. Segundo apurou o **Valor**, o martelo foi batido ontem, durante uma reunião entre os ministros Ciro Nogueira (Casa Civil) e Paulo Guedes (Economia). A decisão, que vinha sendo criticada pelo ministro da Economia Paulo Guedes, contou com aval do presidente Jair Bolsonaro.

Economistas dizem que a medida aprofundará os problemas fiscais do país e que o caminho correto para uma revisão de salários seria uma reforma administrativa.

A discussão sobre reajustes começou com a promessa feita por Bolsonaro presidente havia prometido reajustar somente os vencimentos de policiais federais, policiais rodoviários federais e de funcionários do sistema carcerário. Outras categorias se mobilizaram com paralisações e ameaças de greve. Entre as categorias que lideram as pressões por reajustes estão aquelas que representam, em termos de salários, a elite do funcionalismo. Em pleno ano eleitoral, Bolsonaro acabou cedendo.

Como não há dinheiro suficiente dentro do teto de gastos para promover esse aumento salarial linear, terá que haver um remanejamento de verbas de outras áreas, segundo fontes do governo. O aumento de 5% para todos os funcionários federais custaria algo como R\$ 5 bilhões a R\$ 6 bilhões neste ano, segundo estimativa que circula entre técnicos do governo. A previsão orçamentária para reajuste este ano é de R\$ 1,7 bilhão.

Para criar condições para um gasto maior com salários, o governo precisa cortar despesas. O alvo preferencial são emendas de parlamentares ao Orçamento. Técnicos vinham fazendo uma varredura na peça orçamentária nas últimas semanas para encontrar despesas “cortáveis” que permitissem criar espaço para o reajuste.

“A decisão é muito ruim porque cria um custo para este ano e para os próximos, sem atacar o problema estrutural que deveria ser atacado através de uma reforma administrativa”, afirmou ao **Valor** Gabriel Leal de Barros, sócio e economista-chefe da Ryo Asset. Ele defende que o melhor seria uma reforma administrativa e chama atenção ainda para outro aspecto. “A maior pressão por reajuste vem da elite do funcionalismo. Estamos presenciando mais uma captura do orçamento público no Brasil, onde uma minoria organizada sustenta privilégios pagos pela maioria desorganizada.”

A ideia de um aumento de 5% não era a opção preferida de Bolsonaro, que pretendia fazer um afago às polícias. Particularmente, aos agentes penitenciários. O valor de R\$ 1,7 bilhão era originalmente destinado a esse grupo, mas o presidente foi alertado por Guedes que conceder aumento para apenas parte dos servidores seria como puxar o pino de uma granada.

Na semana passada, em um evento do mercado financeiro, Guedes reforçou sua oposição a um reajuste generalizado. “Agora, se começar a dar reajuste para todo mundo, nós estamos empurrando o custo para filhos e netos, além de destruímos a nossa economia também. Porque nós vamos voltar a lógica da realimentação inflacionária, de indexar tudo outra vez”, afirmou.

A decisão pelos 5% é uma vitória da ala política do governo, capitaneada por Nogueira. Considerou-se também acomodar nesse espaço (R\$ 1,7 bilhão) as categorias mais insatisfeitas, como Receita, Banco Central e Advocacia-Geral da União. Contudo, acabou prevalecendo a posição de Nogueira.

Entidades que reúnem servidores reagiram à decisão dizendo que o reajuste de 5% é insuficiente e falaram em continuar as mobilizações.

A Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal, que esperava plano de reestruturação da categoria e aumento mais robusto, disse que o reajuste vai colocar “em descrédito o comprometimento deste governo com a segurança pública”.

Governo estima déficit de R\$ 66 bi este ano e superávit primário fica para 2025

PLDO deve repetir o ano passado e trazer previsão de revisão de salários em 2023

Por Edna Simão e Lu Aiko Otta — De Brasília

14/04/2022 05h01 · Atualizado há 5 horas

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2023, que o governo divulga hoje, deve trazer como meta de resultado primário um déficit de R\$ 66 bilhões, informam fontes da área econômica. É cerca de R\$ 1 bilhão a menos do que o resultado esperado para este ano.

Apesar da melhora do resultado fiscal visto em 2021 e 2022, o governo só espera fechar as contas do governo central no campo positivo em 2025.

Segundo fonte da área técnica, o PLDO deve trazer também a possibilidade de concessão de revisão geral de salários em 2023. A mesma coisa foi feita no de 2022.

A hipótese de superávit primário nas contas do governo central só a partir de 2025 aparece também nas projeções elaboradas pela Instituição Fiscal Independente (IFI), em seu Relatório de Avaliação Fiscal (RAF), divulgado ontem. No cenário-base, o resultado será positivo em 0,2% do Produto Interno Bruto (PIB) naquele ano. Os cenários da IFI, porém, serão revistos em maio, para incluir os efeitos da guerra entre Rússia e Ucrânia.

No RAF de março, a IFI destaca que os juros em alta e a perda da credibilidade do teto de gastos fazem da evolução da dívida pública o principal ponto de preocupação em relação às contas públicas.

O documento informa que, das emissões líquidas da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) ocorridas em fevereiro, no total de R\$ 78,6 bilhões, R\$ 65,2 bilhões foram em títulos com remuneração atrelada à taxa Selic. O ciclo de alta dessa taxa explica o aumento do custo do estoque médio e das ofertas públicas da dívida.

O RAF também estima o resultado das contas públicas no mês de março, cujos dados oficiais serão divulgados só no fim do mês.

Pelas contas da IFI, o déficit primário do governo central deve ter sido de R\$ 13,8 bilhões, em valores nominais, no acumulado de 12 meses encerrados em março. “Esse resultado é maior que o déficit de R\$ 2 bilhões apurado em fevereiro”, informa o relatório.

De janeiro a março, o superávit primário do governo central deve ter sido de R\$ 46,2 bilhões, estima a IFI. É o resultado decorrente de uma receita primária líquida de R\$ 456,5 bilhões e uma despesa primária de R\$ 410,4 bilhões no período.

Esse resultado é inferior aos R\$ 55,9 bilhões do acumulado do ano até fevereiro e aos R\$ 76,5 bilhões de janeiro, nota o boletim.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados portaboola

LINK PATROCINADO

Fibromialgia: Finalmente um aparelho que pode mudar sua vida

G3 NOTÍCIAS

LINK PATROCINADO

Anitta é acusada de usar fãs em game para atingir topo do Spotify, diz revista

BLOOMBERG LINEA

LINK PATROCINADO

Objetos que costumavam ser comuns, mas que agora valem muito dinheiro

INVESTING.COM

LINK PATROCINADO

Depois de perder peso Jorge Garcia parece modelo

HEALTHY GEORGE

TCU analisa no dia 20 venda da Eletrobras

Julgamento, porém, deverá ser adiado por um pedido de vista que será apresentado pelo ministro Vital do Rêgo

Por Murillo Camarotto, Rafael Bitencourt e Vandson Lima — De Brasília

14/04/2022 05h01 · Atualizado há 5 horas

O ministro do Aroldo Cedraz, do Tribunal de Contas da União (TCU), decidiu levar o processo de privatização da Eletrobras ao plenário na sessão do próximo dia 20. Apesar disso, o julgamento deverá ser adiado por um pedido de vista que será apresentado pelo ministro Vital do Rêgo.

Relator do caso, Cedraz trabalhou com a equipe nas últimas duas semanas para concluir seu voto, que deve dar sinal verde para a privatização da companhia. A dúvida, agora, é o tempo que vai durar o pedido de vista.

O governo já está articulando com ministros do TCU uma forma de fazer com que Vital devolva o caso ao plenário em apenas uma semana. Neste caso, o tribunal poderia concluir a análise na sessão do dia 27, data considerada limite para que a operação de aumento de capital possa ser concluída até o dia 13 de maio.

A negociação, entretanto, não será simples. Normalmente, ministros costumam usar até 60 dias em pedidos de vista e o período costuma ser respeitado pelos colegas. Vital já apontou falhas na primeira etapa da privatização, que tratou do cálculo do valor dos ativos da Eletrobras.

A segunda e última etapa cuida da oferta de ações que vai resultar na redução da participação do governo de 60% para 45% do capital votante da Eletrobras. Se concluída com sucesso, será a primeira privatização do governo do presidente Jair Bolsonaro.

Para evitar um desgaste público entre os ministros, há uma negociação para limitar o pedido de vista a 20 dias, que é o prazo regimental. Nesse caso, o julgamento da matéria em plenário aconteceria no dia 11 de maio.

Ao menos tecnicamente, é possível que a operação comece a ser construída antes da resposta final do TCU. Nesse cenário, os ministros alinhados ao relator antecipariam seus votos, que ficam consignados até o dia que Vital devolver o texto à pauta.

Enquanto isso, investidores poderiam ser consultados para manifestarem interesse em participar do oferta de ações. Haveria, no entanto, o risco de que qualquer alteração na posição final do TCU comprometesse as ofertas já afiançadas pelo mercado.

Uma das hipóteses seria uma determinação do tribunal para mudanças no preço mínimo de referência da ação. Isso poderia distorcer as ofertas feitas anteriormente pelos investidores, colocando a operação em risco.

O **Valor** revelou ontem que o governo trabalha com um preço mínimo entre R\$ 25 e R\$ 30 por ação para a oferta. Ontem, o papel fechou o pregão da B3 cotado a R\$ 43,40, com alta de 2,72%.

Em outra frente, apesar dos riscos, o ministro da Economia, Paulo Guedes, comemorou ontem a inclusão da privatização da Eletrobras na pauta da próxima semana do TCU.

Em um evento no Palácio do Planalto, o ministro da Economia ressaltou que a operação de venda do controle da elétrica movimentará mais de R\$ 100 bilhões. Ele ressaltou que os recursos vão atender a programas de preservação de bacias hidrográficas - como a do rio Madeira, na região Norte. "É uma solução construída pelo TCU por dois anos e meio. Como pode querer melar essa desestatização? Se perdermos essa janela, vamos para um obscuro futuro, porque entra a pauta eleitoral. Se a guerra se agrava perdemos R\$ 5 bilhões da capitalização da energia nuclear, R\$ 30 bilhões da modicidade tarifária."

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

90 dias para começar a pagar!

MERCEDES-BENZ VANS